



**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**  
CNPJ/MF nº 02.387.241/0001-60  
NIRE nº 413 00 019886  
Companhia Aberta  
Categoria A

Em cumprimento ao disposto no artigo 9º da Instrução CVM 481/2009, com vistas a instruir as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ALL – América Latina Logística S/A (“**Companhia**”), disponibiliza-se neste documento as informações referentes à proposta de **destinação do lucro líquido e distribuição dos dividendos** do exercício encerrado em 31/12/2014.

Tendo em vista que a Companhia apurou prejuízo no exercício social encerrado em 31.12.2014, a Companhia está dispensada da apresentação das informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09, nos termos do item 2.4.2(a) do Ofício-Circular CVM/SEP n. 02/2015 e da decisão do Colegiado da CVM de 27.09.2011 (Processo CVM RJ2010/14687).

Adicionalmente, a Companhia informa que **(i)** o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; **(ii)** cópia das demonstrações financeiras; **(iii)** parecer dos auditores independentes; **(iv)** parecer do conselho fiscal; e **(v)** formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP, foram disponibilizados na sede social da Companhia e divulgados nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia ([www.all-logistica.com/ri](http://www.all-logistica.com/ri)), da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)), nestes dois últimos através do Sistema de Informações Periódicas (IPE), em dia 31 de março de 2015.

## ANEXO 9-1-II DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

### **1. Informar o lucro líquido do exercício.**

A administração da Companhia informa que não foi apurado lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31/12/2014.

### **2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.**

Durante o exercício social encerrado em 31/12/2014 não foram declarados dividendos antecipados e/ou juros sobre capital próprio.

Em decorrência da ausência de apuração de lucro para o exercício social de 2014, a Companhia não propõe distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio.

### **3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não apurou lucro no exercício de 2014.

### **4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.**

A proposta da administração da Companhia não contempla a distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

### **5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

#### **a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.**

Não aplicável.

#### **b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.**

Não aplicável.

#### **c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.**

Não aplicável.

#### **d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.**

Não aplicável.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.**

A administração da Companhia informa que não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores do exercício social encerrado em 31/12/2014.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

**a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores**

Exercício Social	2014	2013 reapresentado	2012	2011
Lucro Líquido/ (Prejuízo)	(1.897.481.019,00)	29.930.174,54	237.314.015,54	244.944.435,53

**b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.**

Exercício Social	2014	2013	2012	2011
Dividendos (R\$)	0	3.094.496,43	56.362.078,69	58.174.303,44
Valor/Ação Ordinária	0	0,004528691	0,082495575	0,0854643738
Valor/Ação Preferencial	-	-	-	-
Valor/Unit	-	-	-	-
JCP (R\$)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>3.094.496,43</b>	<b>56.362.078,69</b>	<b>58.174.303,44</b>

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:**

**a. Identificar o montante destinado à reserva legal.**

A Companhia não propõe destinação de lucros para reserva legal, uma vez que não apurou lucro no exercício social encerrado em 31/12/2014. Além disso, com a apuração do prejuízo do exercício foi consumida a totalidade desta reserva.

**b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.**

O valor destinado para a reserva legal é equivalente a 5% do lucro líquido da Companhia, conforme estabelece o art. 193, da Lei n.º 6.404/76.

**9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.**

A Companhia não possui ações preferenciais.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório:**

**a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.**

De acordo com o artigo 39 do Estatuto Social, a Companhia distribuirá como dividendo obrigatório, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

**b. Informar se ele está sendo pago integralmente**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não apurou lucro no exercício de 2014.

**c. Informar o montante eventualmente retido**

Não aplicável.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:**

Não aplicável.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:**

A Companhia não propõe destinação de lucros para reserva de contingências, uma vez que não apurou lucro no exercício social encerrado em 31/12/2014.

**13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:**

A Companhia não propõe destinação de lucros para reserva de lucros a realizar, uma vez que não apurou lucro no exercício social encerrado em 31/12/2014.

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:**

**a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.**

De acordo com o artigo 39, parágrafo único, do Estatuto Social, atribuir-se-á à reserva para investimentos, que não excederá a 100% (cem por cento) do capital social subscrito, importância não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e de sociedades controladas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos.

**b. Identificar o montante destinado à reserva.**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não apurou lucro no exercício de 2014.

**c. Descrever como o montante foi calculado.**

Não aplicável.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.**

Não aplicável, uma vez que a Companhia não apurou lucro no exercício de 2014.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:**

A administração da Companhia destinou R\$ 37,1 milhões para a reserva de incentivos fiscais, como reflexo ao valor registrado na controlada América Latina Logística Malha Norte S.A, detentora do incentivo fiscal.

\* \* \*



**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**  
CNPJ/MF nº 02.387.241/0001-60  
NIRE nº 413 00 019886  
Companhia Aberta  
Categoria A

Em cumprimento ao disposto no artigo 9º da Instrução CVM 481/2009, com vistas a instruir as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ALL – América Latina Logística S/A (“Companhia”), disponibiliza-se neste documento **comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia**, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

Adicionalmente, a Companhia informa que *(i)* o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; *(ii)* cópia das demonstrações financeiras; *(iii)* parecer dos auditores independentes; *(iv)* parecer do conselho fiscal; e *(v)* formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP foram disponibilizados na sede social da Companhia e divulgados nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia ([www.all-logistica.com/ri](http://www.all-logistica.com/ri)), da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)), nestes dois últimos através do Sistema de Informações Periódicas (IPE), no dia 31 de março de 2015.

## ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/09 ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

### 10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais.

#### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

As sociedades controladas pela ALL – América Latina Logística S.A. têm situação financeira sólida e suficiente para implantar seu plano de negócios, bem como para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentou um faturamento líquido de R\$ 3.662,3 milhões, apresentando um EBITDA Ajustado de R\$ 1.050,9 milhão, as disponibilidades e valores equivalentes da Companhia eram de R\$ 1.327,1 milhão e a Dívida Financeira Bruta era de R\$ 6.793,1 milhões, resultando em uma Dívida Financeira Líquida consolidada de R\$ 5.465,9 milhões. A parcela de curto prazo da dívida financeira bancária era de R\$ 5.525,5 milhões, resultando numa relação de 4,2 vezes entre o caixa e a parcela da dívida no passivo circulante em 2014.

#### b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações

Em 31 de dezembro de 2014, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 2.341,5 milhões, para uma dívida líquida (soma das obrigações financeiras deduzidas das disponibilidades e aplicações financeiras) de R\$ 5.466,0 milhões. As disponibilidades e valores equivalentes de R\$ 1.327,1 milhão em 31 de dezembro de 2014 eram insuficientes para cobrir todo o passivo circulante, cujo valor em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 8.889,1 milhões. Os Diretores da Companhia acreditam que a atual estrutura de capital da Companhia, mensurada principalmente (i) pela relação da dívida líquida sobre o EBITDA ajustado que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 equivaliu a 5,02; e (ii) pela relação passivo circulante sobre o patrimônio líquido que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, equivaliu a 3,8 e apresentam níveis agressivos de alavancagem, tendo em vista que comprometem a capacidade de pagamento da Companhia.

A Companhia em sua Estrutura de Capital se financia através de emissões de debêntures, linhas de crédito aprovadas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras linhas de financiamento com instituições financeiras.

##### *(i) Hipóteses de resgate*

Os Diretores da Companhia afirmam que não há hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia, além daquelas legalmente previstas.

##### *(ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate*

Não aplicável, tendo em vista que não há hipótese de resgate das ações de emissão da Companhia, além daquelas legalmente previstas.

#### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

Os Diretores da Companhia afirmam que todas as obrigações referentes aos compromissos financeiros da Companhia, até a data de 31 de dezembro de 2014, estão sendo cumpridas, bem como a assiduidade dos pagamentos desses compromissos tem sido mantida.

Conforme mencionado no item 10.1 (a), em 31 de dezembro de 2014 a Companhia não atingiu os índices mínimos para *covenants* financeiros atrelados às suas dívidas, porém, até a data de encerramento dessas demonstrações financeiras, a administração renegociou, condicionado a incorporação de ações pela Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. (“Rumo”) e outros trâmites relacionados aos *covenants* da Companhia, como auditoria independente solicitada por acionista, os *covenants* para essas dívidas e entende que obterá os *waivers* necessários para restabelecer os prazos originais de vencimento e vem trabalhando em medidas que permitam a Companhia apresentar uma estrutura equilibrada de endividamento, visando a continuidade de suas operações. Para as debêntures das 8ª e 9ª emissão da Companhia não foi solicitado *waiver*.

#### **d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes**

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia utiliza capital de terceiros com linhas de crédito incentivadas para capital de giro, destacando-se a emissão de debêntures e empréstimos bancários, dentre as quais as Notas de Crédito à Exportação (“NCE’s”). Para financiamento de ativos não-circulantes da Companhia, os Diretores afirmam que são utilizadas linhas de crédito contraídas perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”) e emissão de debêntures.

#### **e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

Os recursos destinados para os investimentos na operação da Companhia são provenientes de resultados operacionais, financiamentos e linhas de crédito fornecidas tanto por bancos privados de grande porte, como também por bancos públicos como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Desde o início das operações, o BNDES se mostrou um parceiro importante para o desenvolvimento de nossa infraestrutura, suportado por meio de linhas de crédito de longo prazo, de acordo com o plano de investimento da Companhia. Atualmente possuímos duas linhas de crédito junto ao BNDES, totalizando R\$ 2,2 bilhões. Em 2013 abrimos uma linha de R\$ 1,7 bilhão para suportar nossos investimentos em melhoria na qualidade dos processos operacionais entre 2013 e setembro de 2016. No final de 2014, foi aberta uma linha para expansão da capacidade de tração do Grupo no valor de R\$ 493 milhões, com propósito específico para a compra de locomotivas e vagões. Valores estes a serem desembolsados na medida em que os investimentos forem realizados nas Controladas.

Em 2008 emitimos debêntures via nossas controladas, totalizando R\$ 500 milhões, totalmente subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS. Tal emissão teve o objetivo de suportar os investimentos da Companhia entre os anos de 2008 e 2010.

Em 2009, realizamos uma emissão pública de debêntures totalizando R\$ 1,3 bilhão, no entanto sem o objetivo específico de levantar fundos para o financiamento de investimentos. Nesta época, o movimento fez-se necessário objetivando flexibilizar a estrutura de capital da empresa, dadas algumas restrições de controle acionário impostas pela ANTT - Agência Nacional dos Transportes Terrestres.



Em 2011, realizamos duas emissões públicas de debêntures totalizando R\$ 1,2 bilhão. Em 2012, realizamos uma emissão pública de debênture totalizando R\$ 750 milhões. Ambas as emissões tiveram o objetivo de alongar o prazo médio e melhorar o perfil das dívidas da Companhia. Essa decisão deu-se para aproveitar o bom momento de mercado de forma a assegurar a companhia um capital suficiente para que não ficasse vulnerável às possíveis oscilações futuras de crédito do mercado, tendo em vista que estas condições são voláteis e variam de acordo com o cenário e perspectivas da economia mundial. Ainda em 2012, a companhia emitiu debênture de infraestrutura (fundamentada pela Lei nº 12.431/2011) no valor total de R\$ 160 milhões.

Em 2013, com a piora no cenário do mercado de capitais, emitimos R\$ 450 milhões em Notas de Crédito à Exportação (NCE). Além da NCE, firmamos contrato com o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), onde existe previsão de R\$ 110 milhões para desembolso durante os anos de 2014 e 2015.

No ano de 2014, captamos além de BNDES R\$ 140 milhões através de *leaseback* e emitimos uma NCE no valor de R\$ 250 milhões.

#### f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

##### (i) Contratos de empréstimo e financiamentos relevantes

O saldo de empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014 está indicado na tabela abaixo:

Endividamento (em R\$ milhões)	2014	2013	2012
		Reapresentado	Reapresentado
Empréstimos e financiamentos	3.979,2	4.025,7	3.436,4
Debêntures	2.813,9	2.943,4	3.086,1
<b>Total</b>	<b>6.793,1</b>	<b>6.968,6</b>	<b>6.522,6</b>

A tabela abaixo indica a distribuição dos saldos dos contratos de empréstimo e financiamento da companhia ao longo dos próximos anos até o ano de 2018:

Valores em R\$ mil	2015	2016	2017	2018	A partir de 2019	Total
<b>Endividamento</b>						
Empréstimos e Financiamentos	3.796	34	33	33	83	3.979
Debêntures	2.768	46				2.814
<b>Total</b>	<b>6.565</b>	<b>80</b>	<b>33</b>	<b>33</b>	<b>83</b>	<b>6.793</b>

Os empréstimos e financiamentos contraídos pela Companhia são garantidos por fianças bancárias ou aval.

A taxa de juros e encargos incidentes sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures são:

Empréstimos e Financiamentos	Taxa de Juros e Encargos	Vencimento
Bancos Comerciais	107% do CDI	Julho de 2015
Empréstimos	TJLP + 1,8%	Trimestrais/Mensais até Junho de 2017

<b>Debêntures</b>	<b>Taxa de Juros e Encargos</b>	<b>Vencimento</b>
5a. Emissão	CDI + 2,40%	Setembro de 2014
6a. Emissão	CDI + 2,40%	Julho de 2014
8a. Emissão - 1a. série	CDI + 1,65%	Abril de 2016
8a. Emissão - 2a. Série	IPCA + 8,40%	Abril de 2018
9a. Emissão - 1a. Série	CDI + 1,65%	Julho de 2016
9a. Emissão - 2a. Série	CDI + 1,65%	Julho de 2016
10a. Emissão	CDI + 1,30%	Outubro de 2017

A tabela abaixo indica os empréstimos e financiamentos relevantes da Companhia em relação ao endividamento em 31 de dezembro de 2014, 2013 e de 2012.

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Taxa efetiva</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u> <u>(Reapresentado)</u>	<u>01/01/13</u> <u>(Reapresentado)</u>
<b>Controladora</b>						
<b>Em moeda nacional</b>						
Bancos Comerciais	107,5% do CDI	11,62%	Julho de 2015	70.184	138.929	206.623
Investimentos BNDES	TJLP+1,8%	6,80%	Trimestrais/mensais até junho de 2017	24.131	33.805	43.485
<b>Total controladora</b>				<b>94.315</b>	<b>172.734</b>	<b>250.108</b>

**Controladas**

**Em moeda nacional**

<b>ALL Malha Sul</b>				<b>1.149.975</b>	<b>1.488.766</b>	<b>1.709.373</b>
Bancos Comerciais	CDI + 1,30%	9,74%	Outubro de 2013	-	-	59.693
	CDI + 1,30%	9,34%	Abril de 2014	-	25.907	-
	CDI + 1,30%	12,07%	Fevereiro de 2015	39.958	-	-
	CDI + 1,25%	12,15%	Setembro de 2015	111.091	220.843	328.858
	CDI + 1,23%	12,13%	Outubro de 2014	-	145.000	132.409
BNDES (Investimentos)	Trimestrais					
	TJLP + 1,4%		Até julho de 2022	826.278	774.835	565.679
	TJLP + 2,5%		Trimestrais/mensais Até junho de 2017	107.862	150.925	188.471
	TJLP + 1,5%	6,50%	Trimestrais/mensais Até junho de 2022	-	-	6.647
BNDES (FINAME)	TJLP + 1,8%	6,40%	Trimestrais/mensais Até junho de 2017	53.058	74.267	95.486
	TJLP + 3,75%	7,50%	Janeiro de 2017	415	614	814
NCC	105,9% do CDI	11,44%	Julho de 2015	11.313	22.413	33.331
	107,0% do CDI	8,75%	Março de 2013	-	-	203.526
NCE	11,77% Pré BRL	11,68%	Junho de 2013	-	-	92.489
	108,00% do CDI	11,68%	Junho de 2014	-	73.962	-
FINIMP	122,30% do CDI	9,91%	Abril de 2013	-	-	1.970
<b>Ritmo</b>				<b>-</b>	<b>36.301</b>	<b>15.229</b>
Bancos Comerciais	Mensais até novembro de					
	CDI + 2,30%	10,04%	2017	-	302	410
BNDES (FINAME)	2,50% Pré BRL	2,50%	Mensais até março de 2017	-	35.999	14.819

Continuação

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Taxa efetiva</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u> <u>(Reapresentado)</u>	<u>01/01/13</u> <u>(Reapresentado)</u>
<b>ALL Malha Paulista</b>				<b>585.757</b>	<b>495.656</b>	<b>444.572</b>
Bancos Comerciais	CDI + 1,30%	9,74%	Outubro de 2013	-	-	30.962
	CDI + 1,30%	9,34%	Abril de 2014	-	13.017	-
	CDI + 1,30%	12,07%	Fevereiro de 2015	40.208	-	-
Investimentos BNDES	TJLP + 1,4% a.a.	6,40%	Trimestrais/mensais até junho de 2022	48.137	417.507	330.880
	TJLP + 2,5%	7,50%	Trimestrais/mensais até outubro de 2017	497.412	65.132	82.730
<b>ALL Malha Norte</b>				<b>1.796.284</b>	<b>1.550.140</b>	<b>852.276</b>
Bancos Comerciais	CDI + 1,30%	9,74%	Outubro de 2013	-	-	44.338
	CDI + 1,30%	9,34%	Abril de 2014	-	7.903	-
	CDI + 1,30%	12,07%	Fevereiro de 2015	22.005	-	-
Investimentos BNDES	TJLP + 1,5%	6,50%	Trimestrais/mensais até setembro de 2016	26.817	135.269	243.691
	TJLP + 3%	8,00%	Trimestrais/mensais até janeiro de 2016	34.092	65.548	97.007
	TJLP + 2,71%	7,71%	Trimestrais/mensais junho de 2029	502.838	521.516	386.778
	TJLP + 1,4%	6,40%	Trimestrais/mensais junho de 2022	229.195	165.306	79.416
BNDES (FINAME)	Pré 2,50%	2,50%	Trimestrais/mensais janeiro de 2023	155.834	87.999	-
	Pré 3,50%	3,50%	Trimestrais/mensais Janeiro de 2024	1.760	-	-
NCE	URTJLP + 5,95%	10,95%	Julho de 2015	116.362	104.726	-
	109% do CDI	11,79%	Setembro de 2018	304.959	304.046	-
	112% do CDI	12,14%	Outubro de 2018	399.410	150.873	-
FINIMP	3,10% Pré USD	4,12%	Fevereiro de 2024	3.012	6.954	1.046
<b>ALL Malha Oeste</b>				<b>98.293</b>	<b>99.332</b>	<b>82.790</b>
Bancos Comerciais	CDI + 1,30%	9,74%	Outubro de 2013	-	-	4.644
	CDI + 1,30%	9,34%	Abril de 2014	-	1.455	-
	CDI + 1,30%	12,07%	Fevereiro de 2015	3.778	-	-
Investimentos BNDES	TJLP + 1,4%	6,40%	Trimestrais/mensais até junho de 2022	94.515	97.877	78.146
<b>Brado</b>				<b>254.495</b>	<b>182.829</b>	<b>81.907</b>
Bancos Comerciais (terminal)	260,1% do CDI	20,98%	Até junho 2016	7.503	10.441	14.909
BNDES (FINAME)	TJLP + 1,5%	3,70%	Até julho de 2023	202.961	113.942	39.301
NCE	8,66%	8,66%	Até outubro de 2014	-	6.000	16.020
Finem e BNDES automatico	TJLP + 3,85%	9,85%	Até julho de 2022	44.031	52.446	11.677

Em moeda estrangeira (com variação cambial atrelada ao Peso Argentino - P\$)

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Taxa efetiva</u>	<u>Vencimento</u>	<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u> <u>(Reapresentado)</u>	<u>01/01/13</u> <u>(Reapresentado)</u>
<b>ALL Argentina</b>				-	-	<b>191</b>
Bancos Comerciais	16,00%	16,00%	Março de 2013	-	-	191
<b>Total das controladas</b>				<b>3.884.804</b>	<b>3.853.024</b>	<b>3.186.338</b>
<b>Total consolidado</b>				<b>3.979.119</b>	<b>4.025.758</b>	<b>3.436.446</b>
Parcela no circulante				3.757.335	937.582	1.000.305
Parcela no exigível a longo prazo				221.784	3.088.176	2.436.141

**(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Os Diretores da Companhia afirmam que, além dos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui cartas de fiança bancárias e seguro garantia celebrados para garantia de cumprimento de obrigações pecuniárias decorrentes de eventuais condenações em processos judiciais.

**(iii) Grau de subordinação entre as dívidas**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há grau de subordinação entre as dívidas contraídas pela Companhia, dispondo todas da mesma prioridade para pagamento.

**(iv) Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

Os contratos financeiros celebrados pela Companhia contêm as seguintes restrições:

<b>Contratos de empréstimo e financiamento</b>	<b>Credor</b>	<b>Valor</b>	<b>Vigência</b>	<b>Alteração de Controle</b>	<b>Reorganização Societária</b>	<b>Alienação de Ativos</b>	<b>Distribuição de Dividendos</b>
Escritura Particular da 6ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, de Emissão da ALL – América Latina Logística S.A.	Diversos	R\$ 700 milhões	21.07.2006 a 11.07.2014	X	X	X	X
Escritura Particular da 5ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, de Emissão da ALL - América Latina Logística S.A.	Diversos	R\$ 200 milhões	16.09.2005 a 01.09.2014	X	X	X	X
Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 07202143	BNDES	R\$ 222.8 milhões	17.05.2007 a 15.07.2017		X	X	

Termo de Securitização de Créditos Imobiliários	Diversos	R\$ 147.8 milhões	20.02.2008 a 01.03.2018	X	X		
Cédula de Crédito Bancário	Banco Bradesco S.A.	R\$ 200 milhões	24.07.07 a 16.07.2015	X	X	X	X
Escritura da Oitava Emissão de Debêntures Quirografárias e não conversíveis em ações da ALL América Latina Logística S.A.	-	R\$ 810 milhões	15/04/11 a 15/04/18	X	X	X	
Escritura da Nona Emissão de Debêntures Quirografárias e não conversíveis em ações da ALL América Latina Logística S.A.	Diversos	R\$ 359.7 milhões	22/08/11 a 15/07/16	X	X	X	

Alguns contratos de empréstimos e financiamentos possuem cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelecem limites financeiros à Companhia. Estes limites são apurados trimestralmente na data da publicação das Informações Trimestrais utilizando os resultados consolidados.

A *covenant* Dívida Líquida sobre EBITDA ajustado é calculada com base no endividamento líquido consolidado (empréstimos, financiamentos e debêntures deduzidos das disponibilidades), dividido pelo EBITDA ajustado consolidado acumulado nos últimos 4 trimestres. Os valores abaixo são os limites máximos da *covenant* para o período:

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
Dívida Líquida	> 2,5	> 2,5	> 2,5
EBITDA Ajustado			

A *covenant* EBITDA ajustado sobre Resultado Financeiro é calculada com base no EBITDA ajustado consolidado acumulado dos últimos 4 trimestres, dividido pelo Resultado Financeiro Consolidado. Para fins de apuração do resultado financeiro nesta *covenant*, são considerados somente juros sobre debêntures, empréstimos/financiamentos, operações de *hedge* e variação cambial da sua controlada no exterior ALL – América Latina Logística Argentina S.A. Os valores abaixo são os limites mínimos da *covenant* para o período:

<b>Exercício social encerrado em 31 de dezembro de</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
EBITDA Ajustado/	> 2,0	> 2,0	> 2,0
Resultado Financeiro Consolidado			

Em todas as hipóteses acima mencionadas neste subitem (iv), será necessária a anuência das instituições financeiras credoras de tais empréstimos e financiamentos para a ocorrência de quaisquer desses eventos, sob pena de declaração antecipada dos respectivos saldos devedores.

Nenhum dos contratos financeiros celebrados pela Companhia contém cláusulas de restrição à emissão de novos valores mobiliários.

### g. Limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia tem uma linha de financiamento contratada com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES utilizada para financiar os investimentos da empresa entre os anos de 2013 e 2015. Em dezembro de 2014 foi aberta mais uma linha de financiamento junto ao BNDES para compra de Locomotivas e vagões da bitola métrica até Dezembro de 2017.

Valores em R\$ mil	Contratado	Tomado	Disponível
Projeto 2013 - 2015	1.711.141	849.843	861.297
Finem - Locomotivas 2014	493.776	-	493.776
<b>Total</b>	<b>2.204.917</b>	<b>849.843</b>	<b>1.355.073</b>

### h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

*Demonstração do resultado consolidado para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2014.*

R\$ milhões	31/12/14	AV% (1)	31/12/13 (Reapresentado)	AV% (1)	Varição (2) 2013/2014
<b>Receita líquida de serviços</b>	3.662,3	-195%	3.436,0	8054%	7%
Custo dos serviços prestados	(2.913,7)	155%	(2.091,9)	-4904%	39%
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	748,5	-40%	1.344,1	3151%	-44%
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(269,5)	14%	(205,7)	-482%	31%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(44,8)	2%	30,1	70%	-249%
Provisão para impairment	(1.103,2)	59%	-	0%	
	(1.417,6)	76%	(175,6)	-412%	707%
Resultado de participação acionária					
Equivalência patrimonial	11,1	-1%	9,0	21%	24%
Ganho/perda com investimentos	(2,3)	0%	(101,9)	-239%	-98%
	8,9	0%	(92,9)	-218%	-110%
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social</b>	(660,2)	35%	1.075,5	2521%	-161%
Despesas financeiras	(1.497,1)	80%	(1.076,7)	-2524%	39%
Receitas financeiras	226,7	-12%	170,7	400%	33%
	(1.270,3)	68%	(905,9)	-2124%	40%
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	(1.930,5)	103%	169,6	397%	-1239%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(88,8)	5%	(51,9)	-122%	71%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	295,5	-16%	104,3	244%	183%
	206,7	-11%	52,4	123%	294%
<b>Lucro líquido (prejuízo) das operações continuadas</b>	(1.723,9)	92%	222,0	520%	-877%
<b>Operações descontinuadas</b>					
Prejuízo das operações descontinuadas	(150,4)	8%	(179,3)	-420%	-16%
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	(1.874,3)	100%	42,7	100%	-4494%

(1) Análise vertical, que é a participação percentual dos itens sobre a receita líquida no mesmo período.

(2) Análise horizontal, que é a variação percentual de cada rubrica entre os períodos comparados.

### **Comparativo do resultado consolidado de 31 de dezembro de 2013 para 2014:**

#### *Receita Líquida de Serviços*

A receita líquida de serviços da Companhia aumentou 6,6%, passando de R\$ 3.435,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 3.662,25 milhões no mesmo período em 2014. Esse crescimento reflete o aumento da receita líquida de 6% da ALL Operações Ferroviárias e 3,8% da receita líquida da Brado.

#### *Custo dos Serviços Prestados*

O custo dos serviços prestados da Companhia aumentou 39,3%, passando de R\$ 2.091,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 2.913,7 milhões no mesmo período em 2014.

#### *Despesas Operacionais*

As despesas operacionais consolidadas da Companhia aumentaram 31%, passando de R\$ 205,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 269,5 milhões no mesmo período em 2014.

#### *Despesas Financeiras Líquidas*

As despesas financeiras líquidas consolidadas da Companhia cresceram 40,2%, passando de R\$ 905,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 1.270,3 milhões no mesmo período em 2014, refletindo, principalmente, o maior endividamento da Companhia.

#### *Imposto de Renda*

O imposto de renda consolidado passou de R\$ 51,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 88,8 milhões no mesmo período em 2014.

#### *Lucro Líquido*

O lucro líquido consolidado da Companhia em 31 de Dezembro de 2013 foi de 42,7 milhões (reapresentado), já no exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 a Companhia apresentou um prejuízo de R\$1.874,2 milhões, substancialmente impactado pelo *impairment* de R\$ 1.103,2 milhões e efeito pelo ajuste de pratica contábil referente ao tratamento do contrato com a Rumo de R\$ 362,6 milhões.

### **Comparativo do resultado consolidado de 31 de dezembro de 2012 para 2013:**

Conforme apresentado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 a Companhia realizou a reapresentação de seus resultados para 01 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2013 (para maiores detalhes verificar nota explicativa 2.24).

A Companhia manifesta a impossibilidade de apresentar o comparativo do resultado consolidado de 31.12.2012 para 2013, tendo em vista que as demonstrações financeiras do exercício de 2012 não contêm dados compatíveis para comparação com o exercício de 2013 em razão da mudança das práticas contábeis adotada pela Companhia a partir do exercício de 2013.



## Análise dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014

Esta seção trata da análise dos balanços patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014, além das variações percentuais para os respectivos períodos.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2013 E 2014

(Em milhares de reais)	31/12/14	AV% (1)	31/12/13 (Reapresentado)	AV% (1)	31/12/12 (Reapresentado)	AV% (1)	Variação (2) 2013/2014	Variação (2) 2012/2013
<b>ATIVO</b>								
<b>CIRCULANTE</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	1.327.122	8,38%	2.636.499	13,73%	2.262.472	12,78%	-49,66%	16,5%
Títulos e valores mobiliários	190.977	1,21%	16.558	0,09%	7.075	0,04%	1053,38%	134%
Contas a receber de clientes	381.630	2,41%	423.185	2,20%	392.797	2,22%	-9,82%	7,7%
Estoques	102.657	0,65%	166.343	0,87%	160.904	0,91%	-38,29%	3%
Impostos e contribuições a recuperar	339.234	2,14%	412.468	2,15%	323.003	1,82%	-17,76%	28%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	21.839	0,14%	132.834	0,69%	137.922	0,78%	-83,56%	-4%
Dividendos e juros sobre capital próprio	5.737	0,04%	-	0,00%	2.539	0,01%	100,00%	-100%
Outros ativos	119.589	0,76%	250.259	1,30%	149.740	0,85%	-52,21%	67%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>2.488.785</b>	<b>15,72%</b>	<b>4.038.146</b>	<b>21,03%</b>	<b>3.436.452</b>	<b>19,41%</b>	<b>-38,37%</b>	<b>18%</b>
Ativo não circulante mantido para venda	126.382	0,80%	-	0,00%	-	0,00%	100,00%	0,00%
	<b>2.615.167</b>	<b>16,52%</b>	<b>4.038.146</b>	<b>21,03%</b>	<b>3.436.452</b>	<b>19,41%</b>	<b>-35,24%</b>	<b>17,51%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
Contas a receber de clientes	25.672	0,16%	30.090	0,16%	-	0,00%	-14,68%	100%
Títulos e valores mobiliários	197.565	1,25%	244.301	1,27%	218.603	1,23%	-19,13%	12%
Impostos e contribuições a recuperar	542.786	3,43%	416.841	2,17%	423.826	2,39%	30,21%	-2%
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	155.568	0,98%	44.308	0,23%	38.867	0,22%	251,11%	14%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.025.037	6,47%	834.854	4,35%	749.844	4,24%	22,78%	11%
Depósitos judiciais	330.810	2,09%	330.166	1,72%	328.484	1,86%	0,20%	1%
Outros ativos	113.196	0,71%	184.607	0,96%	163.029	0,92%	-38,68%	13%
Investimentos	41.230	0,26%	1.925.334	10,03%	2.010.370	11,36%	-97,86%	-4%
Intangível	2.275.217	14,37%	2.410.244	12,55%	2.464.546	13,92%	-5,60%	-2%
Imobilizado	8.511.428	53,76%	8.745.686	45,54%	7.869.369	44,45%	-2,68%	11,1%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>13.218.509</b>	<b>83,48%</b>	<b>15.166.431</b>	<b>78,97%</b>	<b>14.266.938</b>	<b>80,59%</b>	<b>-12,84%</b>	<b>6,30%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>15.833.676</b>	<b>100,00%</b>	<b>19.204.577</b>	<b>100,00%</b>	<b>17.703.390</b>	<b>100,00%</b>	<b>21,29%</b>	<b>8,48%</b>

**BALANÇOS PATRIMONIAIS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2013 E 2014**

(Em milhares de reais)	31/12/14	AV% (1)	31/12/13 (Reapresentado)	AV% (1)	31/12/12 (Reapresentado)	AV% (1)	Varição (2) 2013/2014	Varição (2) 2012/2013
<b>PASSIVO</b>								
<b>CIRCULANTE</b>								
Empréstimos e financiamentos	3.757.335	23,73%	937.582	4,88%	1.000.305	5,21%	300,7%	-6,3%
Debêntures	2.768.126	17,48%	220.876	1,15%	221.567	1,15%	1153,2%	-0,3%
Arrendamento mercantil	432.563	2,73%	220.460	1,15%	154.519	0,80%	96,2%	42,7%
Antecipações de créditos imobiliários	359.937	2,27%	155.264	0,81%	151.030	0,79%	131,8%	2,8%
Instrumentos financeiros derivativos	13.040	0,08%	9.630	0,05%	24.474	0,13%	35,4%	-60,7%
Fornecedores	986.146	6,23%	672.832	3,50%	374.259	1,95%	46,6%	79,8%
Obrigações fiscais	29.620	0,19%	27.054	0,14%	34.759	0,18%	9,5%	-22,2%
Arrendamentos e concessões	18.453	0,12%	17.878	0,09%	42.459	0,22%	3,2%	-57,9%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	71.643	0,45%	111.752	0,58%	117.926	0,61%	-35,9%	-5,2%
Adiantamentos de clientes	39.834	0,25%	186.469	0,97%	149.719	0,78%	-78,6%	24,5%
Parcelamentos fiscais e previdenciários	7.296	0,05%	25.382	0,13%	35.124	0,18%	-71,3%	-27,7%
Outras contas a pagar	124.649	0,79%	113.428	0,59%	118.553	0,62%	9,9%	-4,3%
Receitas diferidas	226.071	1,43%	392.541	2,04%	36.866	0,19%	-42,4%	964,8%
Dividendos e juros sobre capital próprio	5.276	0,03%	12.564	0,07%	64.824	0,34%	-58,0%	-80,6%
<b>Total do circulante</b>	<b>8.839.989</b>	<b>55,83%</b>	<b>3.103.712</b>	<b>16,16%</b>	<b>2.526.384</b>	<b>14,27%</b>	<b>185%</b>	<b>22,85%</b>
Passivos não circulante mantido para venda	49.119	0,3%	-	0,0%	-	0,0%	100,0%	0,00%
	<b>8.889.108</b>	<b>56,14%</b>	<b>3.103.712</b>	<b>16,16%</b>	<b>2.526.384</b>	<b>14,27%</b>	<b>186,4%</b>	<b>-65,08%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
Empréstimos e financiamentos	221.784	1,40%	3.088.176	16,08%	2.436.141	13,76%	-92,82%	26,77%
Debêntures	45.807	0,29%	2.722.485	14,18%	2.864.556	16,18%	-98,32%	-4,96%
Arrendamento mercantil	1.370.963	8,66%	1.616.214	8,42%	1.331.427	7,52%	-15,17%	21,39%
Antecipações de créditos imobiliários	-	0,00%	280.681	1,46%	361.864	2,04%	-100,00%	-22,43%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,00%	21.563	0,11%	24.551	0,14%	-100,00%	-12,17%
Provisão para demandas judiciais	275.996	1,74%	210.670	1,10%	218.114	1,23%	31,01%	-3,41%
Arrendamentos e concessões	1.885.448	11,91%	1.647.383	8,58%	1.466.303	8,28%	14,45%	12,35%
Parcelamentos fiscais e previdenciários	22.833	0,14%	146.323	0,76%	161.153	0,91%	-84,40%	-9,20%
Outras contas a pagar	239.100	1,51%	143.402	0,75%	416.410	2,35%	66,73%	-65,56%
Receitas diferidas	541.141	3,42%	2.121.577	11,05%	2.132.816	12,05%	-74,49%	-0,53%
<b>Total do não circulante</b>	<b>4.603.072</b>	<b>29,07%</b>	<b>11.998.474</b>	<b>62,48%</b>	<b>11.413.335</b>	<b>64,47%</b>	<b>-61,64%</b>	<b>5,13%</b>
	<b>13.492.180</b>	<b>85,21%</b>	<b>15.102.186</b>	<b>78,64%</b>	<b>13.939.719</b>	<b>78,74%</b>	<b>11,93%</b>	<b>8,34%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>								
Capital Social	3.448.283	21,78%	3.448.283	17,96%	3.433.941	19,40%	0,00%	0,42%
Reserva de capital	315.978	2,00%	315.100	1,64%	82.809	0,47%	0,28%	280,51%
Reserva de lucros	225.003	1,42%	708.947	3,69%	708.608	4,00%	-68,26%	0,05%
Prejuízos acumulados	(1.908.955)	-12,06%	(495.850)	-2,58%	(512.750)	-2,90%	284,99%	-3,30%
Outros componentes de Patrimônio Líquido	(8.105)	-0,05%	(120.587)	-0,63%	(33.802)	-0,19%	-93,28%	256,75%
	<b>2.072.204</b>	<b>13,09%</b>	<b>3.855.893</b>	<b>20,08%</b>	<b>3.690.997</b>	<b>20,85%</b>	<b>-46,26%</b>	<b>4,47%</b>
Acionistas não controladores	269.292	1,70%	246.498	1,28%	72.674	0,41%	9,25%	239,18%
Total do patrimônio líquido	2.341.496	14,79%	4.102.391	21,36%	3.763.671	21,26%	-42,92%	9,00%
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>15.833.676</b>	<b>100,00%</b>	<b>19.204.577</b>	<b>100,00%</b>	<b>17.703.390</b>	<b>100,00%</b>	<b>-17,55%</b>	<b>8,48%</b>

(1) Análise vertical, que é a participação percentual dos itens sobre o total do ativo/passivo no mesmo período.

(2) Análise horizontal, que é a variação percentual de cada rubrica entre os períodos comparados.

**Análise do Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de dezembro de 2013 comparado com o Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de dezembro de 2014:**

*Caixa e Equivalentes de Caixa*

Os valores de caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 1.327,2 milhões em 31 de dezembro de 2014, recuo de 49,6% em comparação com R\$ 2.636,5 milhões em 31 de dezembro de 2013. A variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa foi influenciada pela geração de caixa operacional da Companhia, pelos investimentos realizados e pelas atividades de financiamento durante o período.

*Contas a receber de clientes*

O saldo de contas a receber de clientes da Companhia recuou 10,14%, passando de R\$ 453,2 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 407,3 milhões em 31 de dezembro de 2014.

### *Estoques*

Os estoques totalizaram R\$ 102,6 milhões em 31 de dezembro de 2014, recuo de 38,2% em comparação com R\$ 166,3 milhões em 31 de dezembro de 2013.

### *Impostos e contribuições a recuperar*

Os impostos e contribuições a recuperar totalizaram R\$ 882 milhões em 31 de dezembro de 2014, aumento de 6,36% quando comparados aos R\$ 829,3 milhões em 31 de dezembro de 2013.

### *Investimentos*

O total de investimentos em 2014 foi de R\$41,2 milhões, 97,8% menor em relação à 2013, o qual totalizou R\$1.925,3 milhões.

### *Imobilizado*

O imobilizado da Companhia totalizou R\$ 8.511,4 milhões em 31 de dezembro de 2014, apresentando recuo de 2,68% quando comparados aos R\$ 8.745,7 milhões em 31 de dezembro de 2013. A variação destes valores decorreu principalmente em função dos investimentos anuais da Companhia em manutenção e expansões da capacidade do material rodante e da malha ferroviária, das obras da duplicação do trecho Campinas a Santos, pela depreciação e *impairment* dos ativos.

## PASSIVO

### *Fornecedores*

O saldo a pagar aos fornecedores da Companhia totalizou R\$ 986,1 milhões em 31 de dezembro de 2014, apresentando um aumento de 46,6%, quando comparado a R\$ 672,8 milhões em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento decorreu das aquisições de materiais de manutenção e melhoria da malha ferroviária da atividade operacional da Companhia, assim como do alongamento do prazo de pagamento.

### *Debêntures*

O saldo das debêntures em 31 de dezembro de 2014 totalizou R\$ 2.813,9 milhões, apresentando uma queda de 4,4%, quando comparados aos R\$ 2.943,3 milhões em 31 de dezembro de 2013, em função das amortizações ocorridas no período.

### *Arrendamentos e Concessões*

Em 31 de dezembro de 2014, arrendamentos e concessões de curto e longo prazo totalizaram R\$ 1.903,9 milhões, representando um aumento de 15%, quando comparados aos R\$ 1.665,2 milhões em 31 de dezembro de 2013. Esse aumento decorreu da adição das parcelas vencidas em 2014, tendo em vista que Companhia não realiza o pagamento da totalidade das parcelas por discutir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e arrendamento da ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. e ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A e da correção do saldo devedor. Tais valores são garantidos por fianças bancárias.

### *Arrendamento mercantil*

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de arrendamento mercantil de curto e longo prazo da Companhia totalizou R\$ 1.803,5 milhões, representando uma redução de 1,8%, quando comparados aos R\$ 1.836,6 milhões em 31 de dezembro de 2013.

#### Receitas diferidas

O total de receitas diferidas teve uma variação significativa ao compararmos o saldo de 31 de Dezembro de 2014 com o saldo de 31 de Dezembro de 2013 devido à operação descontinuada da Vétria. Conforme quadro abaixo:

		<u>31/12/14</u>	<u>31/12/13</u> (Reapresentado)	<u>01/01/13</u> (Reapresentado)
Vetria Mineração S.A	(iv)	-	1.991.237	1.997.183
<b>Controladas</b>				
ALL Intermodal	(i)	372	404	438
ALL Malha Norte	(ii)	8.251	9.779	11.306
ALL Malha Paulista	(iii)	756.387	510.303	158.169
ALL Malha Sul		2.202	2.395	2.586
		<u>767.212</u>	<u>2.514.118</u>	<u>2.169.682</u>
Passivo circulante		<u>226.071</u>	<u>392.541</u>	<u>36.866</u>
Passivo não circulante		541.141	2.121.577	2.132.816

- (i) Refere-se à receita diferida originada na integralização de capital social mediante terreno cedido em comodato (até 2025) pela ALL Intermodal à Rhall Terminais Ltda., apropriado linearmente pelo prazo restante da concessão.
- (ii) Provém de receita auferida na venda de 28 locomotivas, com posterior celebração de contrato de *lease back* com o Banco Itaú, pelo prazo até 2018.
- (iii) A receita diferida contabilizada na ALL Malha Paulista decorre principalmente de R\$610.430 (R\$ 495.123 em 31 de Dezembro de 2013) decorre de contratos de transporte e investimentos firmados com clientes cujo objeto é a reforma, aquisição ou construção de ativos da Companhia, primariamente Via Permanente, em contrapartida a um fluxo de transporte pré-determinado o qual deverá ser realizado pelo período de vigência do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Carga (até 2028).
- (iv) Investimento na Vetria cuja contrapartida era considerada uma receita diferida no passivo não circulante, a qual seria apropriada ao resultado à medida da exaustão e comercialização do minério, quando do início da operação. Saldo foi baixado devido à descontinuidade do projeto, conforme mencionado na nota explicativa 2.24 das demonstrações financeiras da Companhia.

#### Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$ 2.341,5 milhões em 31 de dezembro de 2014, representando uma redução de 42,9%, quando comparados aos R\$ 4.102,4 milhões em 31 de dezembro de 2013.

***Análise do Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de dezembro de 2012 comparado com o Balanço Patrimonial Consolidado de 31 de dezembro de 2013:***

*Caixa e Equivalentes de Caixa*

Os valores de caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 2.636,4 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumento de 16,5% em comparação com R\$ 2.262,4 milhões em 31 de dezembro de 2012. Os valores foram impactados pelas captações de recursos a serem aplicados nos projetos de investimentos.

*Contas a receber de clientes*

O saldo de contas a receber de clientes da Companhia cresceu 15,4%, passando de R\$ 392,8 milhões em 31 de dezembro de 2012 para R\$ 453,2 milhões em 31 de dezembro de 2013. O impacto nesses valores decorreu, principalmente, pelo aumento dos seus resultados operacionais.

*Estoques*

Os estoques totalizaram R\$ 166,3 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando 0,91% em comparação com R\$ 160,9 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento reflete, principalmente, a aquisição de materiais para manutenção e melhorias na malha ferroviária de suas controladas.

*Impostos e contribuições a recuperar*

Os impostos e contribuições a recuperar totalizaram R\$ 1.006,4 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando em 8,2% quando comparados aos R\$ 923,6 milhões em 31 de dezembro de 2012, principalmente no saldo de ICMS a recuperar.

*Imobilizado*

O imobilizado da Companhia totalizou R\$ 8.745,6 milhões em 31 de dezembro de 2013, aumentando 11,1% quando comparados aos R\$ 7.869,3 milhões apresentado no balanço de abertura. O impacto nesses valores decorreu da ampliação da malha ferroviária relacionada ao projeto Rondonópolis, além do plano de investimentos anual da Companhia relacionado à manutenção de outras expansões da malha ferroviária.

**PASSIVO**

*Fornecedores*

Os fornecedores da Companhia totalizaram R\$ 672,8 milhões em 31 de dezembro de 2013, apresentando um aumento de 79,8%, quando comparados aos R\$ 374,3 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento decorreu das aquisições de materiais de manutenção e melhoria da malha ferroviária, assim como aumento do prazo de pagamento.

*Debêntures*

O saldo das debêntures em 31 de dezembro de 2013 totalizou R\$ 2.943,3 milhões, apresentando um recuo de 4,6%, quando comparados aos R\$ 3.086,1 milhões em 31 de dezembro de 2012, decorrente de liquidações parciais da 1ª, 5ª e 6ª emissões.

#### *Arrendamentos e Concessões*

Em 31 de dezembro de 2013, arrendamentos e concessões de curto e longo prazo totalizaram R\$ 1.665,2 milhões, representando um aumento de 10,4%, quando comparados aos R\$ 1.508,7 milhões em 31 de dezembro de 2012. Esse aumento decorreu da adição das parcelas vencidas em 2013, tendo em vista que Companhia não realiza o pagamento destas parcelas por discutir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão e arrendamento da ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A. e ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A. Tais valores são garantidos por fianças bancárias.

#### *Arrendamento mercantil*

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de arrendamento mercantil de curto e longo prazo da Companhia totalizou R\$ 1.836,7 milhões, representando um aumento de 23,6%, quando comparados aos R\$ 1.485,9 milhões em 31 de dezembro de 2012. O acréscimo do saldo decorre de novos contratos de arrendamento de materiais rodantes e terminais.

#### *Patrimônio Líquido*

As principais alterações estão descritas na nota explicativa 2.24 das demonstrações financeiras do presente exercício.

## **10.2. Resultado operacional e financeiro**

### **a. Resultados das operações da Companhia**

#### *(i) Descrição de componentes importantes da receita*

Os Diretores da Companhia esclarecem que a totalidade da receita da Companhia é denominada em reais, e provém da prestação de serviços logísticos, incluindo transporte ferroviário e rodoviário nacional e internacional, armazenagem, transporte customizado de contêineres combinado com distribuição fracionada e transporte intermodal porta-a-porta. A Companhia é composta por dois negócios principais: (i) Operações Ferroviárias, (ii) Brado Logística, com foco em contêineres.

#### *(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais*

Os Diretores da Companhia entendem que diversos fatores podem afetar materialmente a condição financeira, a liquidez ou os resultados operacionais da Companhia, influenciando seus resultados futuros que poderão diferir de maneira significativa das declarações e projeções por ela divulgadas. Os Diretores da Companhia entendem que os principais fatores que podem impactar os resultados operacionais da Companhia são:

- a implantação de estratégias operacionais, incluindo aquisições atuais ou potenciais, *joint-ventures* e outras oportunidades de investimento. Os Diretores da Companhia afirmam que a implantação de estratégias operacionais, aquisições e outras oportunidades é baseada em planos de negócios realizados pela Companhia, que incluem premissas e estimativas, e que são realizados

com as informações disponíveis à época. A não ocorrência destas premissas bem como novas informações relevantes, além da dificuldade na execução dos planos, podem impactar os planos da Companhia;

- condições econômicas gerais no país, tais como os índices de crescimento econômico, flutuações nas taxas de juros ou inflação. Os Diretores da Companhia afirmam que a companhia possui dívidas financeiras atreladas a taxas de juros flutuantes, como o CDI e que flutuações nessas taxas podem onerar o resultado da Companhia;
- condições sociais e políticas gerais no país. Os Diretores da Companhia afirmam que as condições econômicas e sociais no Brasil podem impactar os negócios da Companhia, uma vez que seu crescimento, bem como o crescimento de sua receita depende em parte do crescimento de PIB e das condições para exportações;
- intervenção governamental, resultando em mudanças no ambiente econômico, fiscal, tarifário ou regulatório no Brasil. Os Diretores da Companhia afirmam que mudanças fiscais e/ou tarifárias, por exemplo, podem impactar diretamente em aumento de custos da Companhia e redução na sua capacidade de geração de caixa;
- condições do setor, tais como a intensidade da demanda por serviços, tamanho das safras no país, a intensidade da concorrência, pressões sobre a formação de preços, a introdução de novos serviços pela Companhia ou por suas concorrentes, mudanças na tecnologia e na capacidade de obter equipamentos de fornecedores sem interrupções e a preços razoáveis, e as condições financeiras de seus clientes;
- fatores operacionais e atividades tecnológicas e o consequente alcance de melhores níveis de eficiência e produtividade. Os Diretores da Companhia afirmam que o plano de negócio da Companhia se embasa em ganhos de produtividade em função de investimentos em tecnologia operacional e que a não realização desses investimentos pode impactar a Companhia;
- alteração nos volumes transportados, medidos em TKU (Tonelada – Quilômetro Útil) para o segmento ferroviário, e quantidade de contêineres transportados para a Brado Logística. Os Diretores da Companhia afirmam que qualquer redução de receita impactaria negativamente o resultado da Companhia;
- variação nas tarifas de transporte praticadas pela Companhia. Os Diretores da Companhia afirmam que qualquer redução de receita impactaria negativamente o resultado da Companhia; e
- acidentes operacionais que, eventualmente, bloqueiem passagens ou causem uma incapacidade produtiva ou de prestação de serviços.

#### **b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Antes de apresentarmos as variações das receitas, entendemos relevante ressaltar que, com a rescisão das concessões da ALL na Argentina pelo Governo argentino e descontinuidade das operações da Ritmo Logística, os resultados provenientes destas operações são agora apresentados como “Resultados de Operações Descontinuadas”, tanto em 2013 como em 2014. Portanto, os resultados destas operações são apresentados em uma linha separada nas demonstrações de resultados da ALL Operações Ferroviárias. Com isso, as discussões sobre ALL Operações Ferroviárias referem-se somente às operações brasileiras, a não ser que de outro modo indicado.

A tabela abaixo indica a receita líquida da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de:	
	2014	2013
(em R\$ milhões)		
América Latina Logística S.A.	3.662,20	3.435,90

Os Diretores da Companhia afirmam que as variações nas receitas durante os anos de 2013 a 2014 deveram-se, principalmente, às variações no volume ferroviário, rodoviário e de contêineres transportados, às variações nas tarifas de transporte praticadas nos respectivos períodos e às questões operacionais, que podem influir na receita por meio da diminuição da capacidade produtiva, quais sejam acidentes operacionais que, eventualmente, bloqueiem passagens ou causem uma incapacidade produtiva ou de prestação de serviços.

A receita líquida de serviços da Companhia aumentou 6,6%, passando de R\$ 3.435,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 3.662,2 milhões no mesmo período em 2014. Esse crescimento reflete o aumento da receita líquida de 6% da ALL Operações Ferroviárias e 3,8% da receita líquida da Brado.

### **c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia**

Os Diretores da Companhia esclarecem que os negócios da Companhia são afetados diretamente pelas condições econômicas gerais no Brasil.

A inflação poderá afetar o desempenho financeiro e os resultados operacionais da Companhia, uma vez que uma expressiva parcela de seus custos, principalmente com combustíveis, e despesas incorrem em reais e estão sujeitas aos efeitos da inflação ou são por ela reajustadas. Uma taxa de inflação mais elevada no Brasil poderá aumentar o custo dos principais suprimentos necessários às atividades da Companhia. Os contratos comerciais celebrados pela Companhia com seus clientes são indexados pelas variações (i) da taxa do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, e (ii) dos preços do diesel. Dessa forma, a Companhia consegue se proteger parcialmente de eventuais desequilíbrios econômico-financeiros decorrentes dessas variações, diminuindo impactos em seus resultados financeiros. Adicionalmente, a Companhia possui diversos contratos financeiros indexados pelo IGPM, inclusive passivos de arrendamento. Variações significativas das taxas de inflação poderão aumentar o passivo da Companhia, bem como suas despesas financeiras.

A Companhia está sujeita à possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, tendo em vista que parte dos produtos utilizados pela Companhia em suas atividades são adquiridos no mercado externo em moeda estrangeira. Eventuais flutuações cambiais podem aumentar os saldos de passivo, fornecedores ou contratos de fornecimento em moeda estrangeira, bem como reduzir saldos de aplicações ou outros ativos.



Vide a seguir análise de sensibilidade ao risco de flutuação da taxa de câmbio, demonstrando os efeitos estimados da variação dos cenários no resultado dos próximos 12 meses. Os Diretores da Companhia consideraram como cenário provável o câmbio projetado para o exercício de 2015, segundo projeções macroeconômicas em 31/12/2014:

Fatores de risco	Cenário provável	Impactos no resultado				
		Cenário possível 25% - aumento	Cenário remoto 50% - aumento	Cenário possível 25% - redução	Cenário remoto 50% - redução	
<b>Risco de apreciação (depreciação) da taxa de juros</b>						
Cotas e equivalentes de cotas e Títulos e valores mobiliários						
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	Queda (aumento) no CDI	148.393	185.491	222.190	111.295	92.745
Aplicações financeiras pré-fixadas	Queda (aumento) na taxa PRÉ	17.455	17.455	17.455	17.455	17.455
		165.848	202.946	240.645	128.750	110.200
<b>Emprestimos, Financiamentos, Debêntures e Passivos em moeda estrangeira</b>						
Financiamentos indexados à TJLP	Queda (aumento) na TJLP	(221.865)	(263.679)	(305.494)	(180.051)	(138.236)
Financiamentos indexados à CDI	Queda (aumento) na CDI	(89.447)	(111.460)	(133.473)	(87.494)	(45.441)
Debêntures indexadas ao CDI	Queda (aumento) na CDI	(497.237)	(569.573)	(642.693)	(424.339)	(351.821)
Financiamentos indexados à IPCA	Queda (aumento) na IPCA	(54.106)	(60.383)	(66.661)	(47.820)	(41.531)
Antecipação do CDI indexado ao CDI	Queda (aumento) na CDI	(54.442)	(66.144)	(77.847)	(43.740)	(31.037)
Debêntures S <sup>o</sup> Emissão Melhor Norte	Queda (aumento) na taxa de juros	(2.834)	16.478	(16.478)	16.478	16.478
Swap Pós-Ativa	Queda (aumento) na taxa de juros	22.834	(16.478)	16.478	16.478	(16.478)
Percebimento Impostos	Queda (aumento) na CDI	(3.375)	(4.469)	(5.662)	(2.681)	(1.785)
		(920.692)	(1.076.110)	(1.231.330)	(769.274)	(609.834)
		(754.844)	(873.164)	(991.483)	(636.524)	(489.654)

### 10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.

#### a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Antes de apresentarmos as variações das receitas, entendemos relevante ressaltar que, com a rescisão das concessões da ALL na Argentina pelo Governo argentino e descontinuidade das operações da Ritmo Logística, os resultados provenientes destas operações são agora apresentados como “Resultados de Operações Descontinuadas”, tanto em 2013 como em 2014. Portanto, os resultados destas operações são apresentados em uma linha separada nas demonstrações de resultados da ALL Operações Ferroviárias. Com isso, as discussões sobre ALL Operações Ferroviárias referem-se somente às operações brasileiras, a não ser que de outro modo indicado.

#### b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 1º de abril de 2011 entraram em vigor os contratos relacionados com a constituição da Brado Holding S.A., inscrita no CNPJ/MF n.º 12.341.295/0001-49, (“Brado Holding”) e da Brado Logística e Participações S.A., inscrita no CNPJ/MF n. 12.341.618/0001-02 (“Brado Logística”, em conjunto com a Brado Holding, “Brado”), com vistas a desenvolver o transporte de contêineres por intermédio do modal ferroviário, especificamente para atuar no segmento de contêineres, com o objeto de transporte, armazenagem, operação de terminais e retroáreas portuárias, *handling* e outros serviços logísticos. O impacto da efetivação desta operação, sob a ótica do CPC 15 – Combinação de Negócios, não foi relevante. Em 25 de outubro de 2013 o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS (“FI-FGTS”) capitalizou a Brado Logística em montante correspondente a R\$ 400 milhões. Em decorrência deste aumento de capital, a Companhia passou a deter, indiretamente, 62,22% do capital social da Brado Logística, o FI-FGTS passou a deter 22,22% e os demais acionistas passaram a deter 15,56%.

Em reunião realizada em 30 de junho de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de todos os contratos e atos societários praticados pelos administradores da Companhia com a finalidade de associar-se com a Ouro Verde Transporte e Locação S.A., (“Ouro Verde”) por meio da Ritmo Logística S.A., inscrita no CNPJ/MF n.º 12.898.982/0001-60, (“Ritmo”), visando à consolidação e combinação das operações de transporte rodoviário entre a ALL – América Latina Logística Intermodal S.A. (empresa controlada pela Companhia) e a Ouro

Verde. O impacto da efetivação desta operação, sob a ótica do CPC 15 – Combinação de Negócios não foi relevante. Em abril de 2013, a Ouro Verde promoveu a redução de seu capital social e o investimento por ela devido na Ritmo passou a ser exercido diretamente pela sua acionista Novo Oriente Participações Ltda.

Em reunião realizada em 19 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a celebração de todos os contratos e atos societários praticados pelos administradores da Companhia com a finalidade de associar-se com os acionistas da Vetorial Mineração S.A. por meio da Vetria Mineração S.A. (“Vetria”), visando a implementação e operação de uma solução integrada para logística, extração, beneficiamento e exportação de minério. As condições suspensivas para a constituição da Vetria foram cumpridas em 3 de dezembro de 2012. Em 10 de dezembro de 2014, os acionistas da Vetria anunciaram que como determinadas condições previstas no Contrato de Associação não foram atendidas dentro do prazo estipulado no referido contrato, e, ainda, considerando as condições de mercado e perspectivas atuais, especialmente no que diz respeito aos níveis de preço praticados para o minério de ferro, os acionistas da Vetria decidiram encerrar o Contrato de Associação, comprometendo-se a avaliar, definir e adotar conjuntamente os atos e as medidas que vierem a ser necessários em virtude da referida resolução, nos termos do Contrato de Associação. Desta forma a Companhia já realizou a baixa do saldo do investimento assim como a receita diferida inicialmente contabilizada, reciclou para o resultado as perdas acumuladas reflexas do investimento que estavam acumuladas no resultado abrangente e registrou provisão decorrente da sua parcela de responsabilidade sobre os passivos assumidos por sua controlada em conjunto. Os efeitos do desfazimento da Vetria foram tratados como operações descontinuadas.

Em 12 de março de 2013 a Companhia alienou a totalidade da sua participação acionária na Araucária Rail Technology S.A..

Em 12 de abril de 2013, a controlada da Companhia, ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., incorporou a Santa Fé Vagões S.A., também controlada 100% da Companhia.

Em 4 de julho de 2013 a Companhia constituiu a empresa Paranaguá S.A., na Argentina.

Em 19 de dezembro de 2013 a Companhia alienou a totalidade das suas ações da ALL – Servicios Integrales S.A.

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia encerrou as atividades da empresa ALL – América Latina Logística Overseas Limited.

Além das operações descritas acima, não houve nenhuma outra aquisição ou alienação de participação societária que tenha sido relevante para Companhia até 31 de dezembro de 2014, considerando que após a efetivação das operações societárias descritas a seguir não houve qualquer ganho de capital, ágio ou deságio, já que referidas operações foram realizadas pelo valor patrimonial das sociedades envolvidas.

Em reuniões do Conselho de Administração da Companhia e da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. (“Rumo”) realizadas em 15 de abril de 2014, foi aprovada a incorporação da totalidade das ações de emissão da Companhia pela Rumo, sujeita à ratificação das Assembleias Gerais de Acionistas das respectivas companhias, que aconteceu em 8 de maio de 2014 (“Incorporação”). A Incorporação foi baseada numa relação de substituição estabelecida com base (i) em um valor de referência de R\$ 6.958.904.109,59 para a ALL, que corresponde a um preço implícito de R\$ 10,184 por ação de emissão da ALL, e (ii) em um valor de referência de R\$ 4.000.000.000,00 para a Rumo, que corresponde a um preço implícito de R\$ 3,90 por ação de

emissão da Rumo. Embora aprovada pelos acionistas das companhias, a Incorporação permaneceu condicionada à aprovação do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres e de demais autoridades governamentais competentes. Em 23 de março de 2015 foram obtidas todas as autorizações necessárias à implementação a Incorporação. A implementação da Incorporação ocorrerá em 1º de abril de 2015.

### **c. Eventos ou operações não usuais**

Os Diretores da Companhia afirmam que não ocorreram eventos ou operações não usuais que não tenham sido refletidos nas demonstrações financeiras da Companhia.

## **10.4. Mudanças Significativas nas práticas contábeis e Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor.**

### **a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Ainda com relação ao processo de combinação das atividades da Companhia com a Rumo, a Companhia revisitou o tratamento contábil que vinha adotando em relação ao contrato mencionado na nota explicativa 1, especificamente em relação à via permanente. Anteriormente o mesmo era tratado como um arrendamento financeiro, tratamento este aceitável, mas que vem se mostrando incompatível com o novo cenário de incorporação e potencial necessidade de eliminação de saldos em uma demonstração financeira consolidada.

Isto posto, a Administração optou por mudar a prática contábil, adotando as premissas do ICPC 11- Recebimento em Transferência de Ativos de Clientes, onde os montantes recebidos pela Companhia a título de reembolso pela construção da via permanente passaram a ser tratados como receita diferida, e juros sobre obras em andamento anteriormente capitalizados foram revertidos.

### **b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Os efeitos desta mudança de prática contábil foram lançados retroativamente a 1 de janeiro de 2013.

### **c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Chamamos a atenção para a Nota 1.e às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2014, passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 6.273.941mil, substancialmente decorrente do não atingimento de índices financeiros mínimos (“covenants”) previstos em contratos de dívidas da Companhia, que dão ao credor a possibilidade de decretar o seu vencimento imediato. Até a data de encerramento dessas demonstrações financeiras, a administração renegociou, condicionado a incorporação de ações da Companhia pela Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.(Nota 1.e), parcela substancial dos covenants para essas dívidas e está em processo avançado na obtenção das dispensas (“waivers”) necessárias para restabelecer os prazos originais de vencimento. Adicionalmente, a administração vem trabalhando em medidas que permitam a Companhia apresentar uma estrutura equilibrada de endividamento. Conforme Nota 33, em 23 de março de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a referida incorporação de ações. A partir da sua efetivação, a Companhia passará a ser subsidiária integral da Rumo e controlada indireta da Cosan Limited. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto.

## **10.5. Indicação e comentários acerca das políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia**

Os Diretores da Companhia entendem que as Demonstrações Financeiras da Companhia foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em conformidade com a legislação societária brasileira e normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, é necessário utilizar estimativas e adotar premissas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações, que podem afetar os valores apresentados de receitas, despesas de ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. As Demonstrações Financeiras da Companhia incluem, portanto, diversas estimativas referentes à seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso e fluxo de caixa para teste de *impairment*, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, as estimativas de realização futura de crédito tributário, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, os Diretores da Companhia fizeram os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras:

### *Compromissos de arrendamento mercantil*

A Companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais de material rodante (locomotivas e vagões) de clientes e fornecedores. A classificação desses arrendamentos como operacionais ou financeiros é determinada com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos. A Companhia identificou os casos em que assume todos os riscos e benefícios significativos da propriedade dos referidos bens, registrando esses casos como arrendamento financeiro.

### *Estimativas e premissas*

Segue abaixo a discussão dos Diretores da Companhia sobre as principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos em exercícios futuros.

### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Adicionalmente, em relação ao ágio registrado no investimento da Companhia, classificado no Intangível, os Diretores da Companhia esclarecem que:

(i) O ágio na aquisição de investimentos é fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, sendo amortizado pela curva de realização considerando o prazo das concessões.

Em 2014, a Administração identificou locomotivas que não atendiam certos padrões internos de eficiência operacional, gerando custos de manutenção, operação e consumo de combustível acima da média, o que ensejou a decisão de substituição dessa frota, para melhorar a produtividade de suas atividades ferroviárias.

Como há um plano formalizado e houve aprovação por meio do Conselho de Administração durante 2014 para substituição de parte da frota existente, a Companhia registrou provisão para baixa das locomotivas que fazem parte desse plano no montante de R\$ 427.000 com a contrapartida na rubrica de despesa de provisão para *impairment* na demonstração do resultado, uma vez que apesar de ainda serem utilizadas serão descontinuadas em um curto espaço de tempo. Nesse contexto, a recuperabilidade desses bens não se dará pelo método do valor em uso, mas sim pelo método do valor justo deduzidos das despesas com venda dos bens, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 1 – Redução ao valor recuperável de ativos e, portanto, com base na apuração do valor justo deduzido das despesas com vendas foi determinada uma provisão para *impairment*. Esse valor justo foi classificado como nível 2 na hierarquia do valor justo.

(ii) Perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e imobilizados

Além do teste descrito no item (i), a Administração identificou para Malha Sul e Oeste que os valores presentes dos fluxos de caixa livre desses negócios (método do valor em uso) assim como pelo método do valor justo não são suficientes para recuperar os correspondentes saldos de ativos intangíveis e imobilizados.

Desta forma, a Administração efetuou provisão para *impairment* no montante de R\$ 757.268 com contrapartida na rubrica de despesa de provisão para *impairment* na demonstração do resultado. Foi utilizado como critério de consumo da provisão os ativos de menor liquidez para os ativos de maior liquidez.

	<u>Malha Sul</u>	<u>Malha Oeste</u>	<u>Total</u>
Direito de concessão	-	89.196	89.196
Intangível	8.327	464	8.791
Imobilizado	339.092	239.116	578.208
	<u>347.419</u>	<u>328.776</u>	<u>676.195</u>

Não foi identificada necessidade de provisão para *impairment* na unidade geradora de caixa composta pelas malhas Norte e Paulista (“UGC Malha Norte”).

O valor recuperável das unidades geradora de caixa (UGC Malha Norte, Malha Sul e Malha Paulista) foi determinado em dezembro de 2014, por meio de cálculo do valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela administração para o período de cinco anos extrapolados por igual período.

*Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso*

O cálculo do valor em uso para a UGC Malha Norte, Malha Oeste e Malha Sul é mais sensível às seguintes premissas:

### *Margens operacionais*

As margens operacionais são baseadas nos valores médios obtidos nos três exercícios que antecedem o início do período orçamentário. Essas margens variam ao longo do tempo da projeção, conforme os projetos planejados pela empresa são implementados e se desenvolvem.

### *Taxas de descontos*

As taxas de descontos refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos à unidade geradora de caixa. A taxa de desconto foi estimada com base no custo médio ponderado de capital para o segmento, e equivale a 9,9% a.a.. Outrossim, essa taxa foi ajustada para refletir a avaliação de mercado de qualquer risco específico à UGC.

### *Estimativas de taxas de crescimento*

As taxas são baseadas nas expectativas da administração para os próximos anos. As taxas de longo prazo utilizadas foram de 4% à 8,5%a.a., em média, para extrapolar o orçamento a qual vem sendo ajustada por qualquer elemento adicional identificado pela administração.

### *Sensibilidade a mudanças nas premissas*

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

### *Impostos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal.

A Companhia, em conjunto com suas controladas, apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 2.921.982 (R\$ 2.837.774 em 2013). Esses prejuízos se referem a controladas que apresentam histórico de prejuízos, não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável em outra empresa do grupo, bem como a prejuízos cuja previsão realização



ultrapassa um horizonte razoável. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. Essas controladas não têm diferenças temporárias tributáveis ou planejamentos fiscais que poderiam parcialmente justificar o reconhecimento de imposto diferido ativo.

#### *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico, probabilidade de desembolso de caixa, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **10.6. Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras – Grau de eficiência e recomendações presentes no relatório do auditor.**

#### **a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Os Diretores da Companhia afirmam que a avaliação dos controles internos relativos à preparação das Demonstrações Financeiras tem por objetivo fornecer conforto em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das Demonstrações Financeiras para divulgação externa de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Os Diretores da Companhia explicam que os controles internos da Companhia sobre a preparação das Demonstrações Financeiras incluem as políticas e procedimentos que:

- se relacionam à manutenção dos registros que refletem precisa e adequadamente as operações da Companhia;
- fornecem segurança de que as operações são registradas de forma a permitir a elaboração das Demonstrações Financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que o fluxo financeiro é gerido de acordo com autorizações da Administração e dos Diretores da Companhia; e
- fornecem segurança de que operações não autorizadas pela Administração da Companhia, sejam detectadas e não tenham efeito relevante nas Demonstrações Financeiras.

Os Diretores da Companhia explicam que a Administração da Companhia efetuou uma avaliação acerca dos controles internos relativos à preparação das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 e concluiu que a estrutura de Controles Internos referentes à preparação das Demonstrações Financeiras da Companhia é adequada.

Os Diretores da Companhia entendem que não há imperfeições relevantes nos controles internos da Companhia. Quando são identificadas deficiências nesses sistemas, a Companhia toma as medidas necessárias para sua correção. Adicionalmente, a Companhia procura adotar todas as recomendações fornecidas pelos auditores independentes em relação ao surgimento de eventuais

deficiências com o objetivo de evitar sua ocorrência. Adicionalmente, a Companhia atende aos padrões de Governança Corporativa do Novo Mercado.

As imperfeições nos controles internos da Companhia que geraram as recomendações previstas no relatório dos auditores independentes referente às Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 decorreram dos seguintes fatores: (i) inexistência de controles individualizados dos itens do ativo imobilizado.

**b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Deficiência Identificada	Recomendação	Comentário da Administração
Inexistência dos controles individualizados para itens do ativo imobilizado	Implementar controles que possibilitem a identificação dos itens do ativo imobilizado de maneira individualizada.	A Companhia está em processo de individualização do ativo imobilizado e espera desenvolver os controles adequados ao longo do exercício de 2015.

**10.7. Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios.**

**a. Forma de utilização dos recursos resultantes**

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia realizou oferta pública para emissão de debêntures.

**b. Desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Os Diretores da Companhia afirmam que não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.

**c. Razões para tais desvios**

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreram desvios relevantes.

**10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

**a. Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

**(i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que as controladas ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A., ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A., ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A. e ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A., no âmbito das concessões de serviço público de transporte ferroviário, firmaram contratos de arrendamento dos bens da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. Estes contratos de arrendamento são classificados como arrendamentos mercantis operacionais e suas obrigações são registradas linearmente, em



conformidade com seus prazos, nos termos do Pronunciamento Técnico 06 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, motivo pelo qual não são contabilizados no ativo consolidado da Companhia.

*(ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos*

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não possui carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

*(iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços*

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não possui contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

*(iv) Contratos de construção não terminada*

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não possui contratos de construção não terminada.

*(v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos*

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não possui contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

#### **b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não possui outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras, exceto os mencionados nesta seção.

### **10.9. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

#### **a. Alterações geradas nas receitas, despesas, resultado operacional, despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras**

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não prevê alteração relevante de seu resultado por conta dos contratos de arrendamento e das operações de arrendamento mercantil operacional, uma vez que as despesas oriundas de tais transações já são registradas correntemente no resultado da companhia, nos termos do Pronunciamento Técnico 06 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

#### **b. Natureza e o propósito da operação**

Os Diretores da Companhia esclarecem que a natureza da operação amparada no contrato de arrendamento firmado com a extinta Rede Ferroviária Federal S.A. é a de utilizar pelo prazo de vigência dos contratos celebrados os bens arrendados e a malha ferroviária relacionada, com o propósito de atender a demanda por transporte ferroviário, conforme metas pré-estabelecidas.

### **c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia**

Os Diretores da Companhia esclarecem que a natureza das obrigações futuras assumidas pelas concessionárias através dos contratos de arrendamento dos bens da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. são parcelas pagas trimestralmente. Em contrapartida, as concessionárias têm o direito de utilizar os bens arrendados da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. pelo prazo da concessão de cada uma das malhas ferroviárias.

## **10.10. Comentários acerca dos principais elementos do plano de negócios da Companhia**

### **a. Investimentos**

#### ***(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos***

Os Diretores da Companhia acreditam que investimentos são importantes para atender a demanda projetada, aumentando a eficiência operacional. Para que esses efeitos ocorram de forma organizada viabilizando o crescimento sustentável na Companhia, há necessidade de investimentos para: (i) aumento marginal da frota de locomotivas e vagões; (ii) modernização da operação; (iii) recuperação da via com substituição e instalação de dormentes e trilhos; (iv) construção e ampliação de pátios de cruzamento; e (v) investimentos em segurança e manutenção.

Os Diretores da Companhia esclarecem que dentro de seu negócio, a Companhia define como investimentos todos os gastos que tem como finalidade: (i) aumento da capacidade de transporte; e (ii) melhorias na qualidade dos processos operacionais, resultando em benefícios para a Companhia, clientes e colaboradores.

Os Diretores da Companhia esclarecem que o investimento em expansão está subdividido em: (i) aquisição marginal de material rodante; (ii) obras na via permanente como adição de pátios de cruzamento e troca de trilhos para aumento de capacidade; e (iii) outros investimentos referentes a sistemas, terminais e infraestrutura em geral. Esses investimentos não apresentam relação linear ou certa entre material rodante, via permanente e pátios, sendo realizados de acordo com o trecho.

Os Diretores da Companhia esclarecem que o investimento em manutenção, por sua vez, está subdividido em: (i) manutenção de locomotivas e vagões; (ii) manutenção da via permanente com reparos e substituição de trilhos e dormentes; e (iii) outros investimentos referentes à manutenção de sistemas, terminais e infraestrutura em geral. Esses investimentos compreendem todas as melhorias realizadas ao longo de aproximadamente 13 mil quilômetros de linha férrea e reparos na frota de material rodante da Companhia.

#### ***(ii) Fontes de financiamento dos investimentos***

Os recursos destinados para os investimentos na operação da Companhia são provenientes de resultados operacionais, financiamentos e linhas de crédito fornecidas tanto por bancos privados de grande porte, como também por bancos públicos como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Desde o início das operações, o BNDES se mostrou um parceiro importante para o desenvolvimento de nossa infraestrutura, suportado por meio de linhas de crédito de longo prazo, de acordo com o plano de investimento da Companhia. Atualmente possuímos uma linha de crédito aprovada em 2013 com 3 anos de duração, e aproximadamente R\$ 1,7 bilhão a ser desembolsado na medida em que os investimentos forem realizados.

Em 2008 emitimos debêntures via nossas controladas, totalizando R\$ 500 milhões, totalmente subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS. Tal emissão teve o objetivo de suportar os investimentos da Companhia entre os anos de 2008 e 2010.

Em 2009, realizamos uma emissão pública de debêntures totalizando R\$ 1,3 bilhão, no entanto sem o objetivo específico de levantar fundos para o financiamento de investimentos. Nesta época, o movimento fez-se necessário objetivando flexibilizar a estrutura de capital da empresa, dadas algumas restrições de controle acionário impostas pela ANTT - Agência Nacional dos Transportes Terrestres.

Em 2011, realizamos duas emissões públicas de debêntures totalizando R\$ 1,2 bilhão. Em 2012, realizamos uma emissão pública de debênture totalizando R\$ 750 milhões. Ambas as emissões tiveram o objetivo de alongar o prazo médio e melhorar o perfil das dívidas da Companhia. Essa decisão deu-se para aproveitar o bom momento de mercado de forma a assegurar a companhia um capital suficiente para que não ficasse vulnerável às possíveis oscilações futuras de crédito do mercado, tendo em vista que estas condições são voláteis e variam de acordo com o cenário e perspectivas da economia mundial.

Em 2013, com a piora no cenário do mercado de capitais, emitimos R\$ 450 milhões em Notas de Crédito à Exportação (NCE), com custo atrativo. Além da NCE, firmamos contrato com o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), onde existe previsão de R\$ 110 milhões para desembolso durante os anos de 2014 e 2015.

### *(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos*

#### ALL Argentina

A Resolução 436/2013 do Ministério de Transportes argentino, decretada em 3 de junho de 2013, dispôs sobre a rescisão do Contrato de Concessão para exploração dos serviços de transporte ferroviário de cargas correspondentes à Rede Ferroviária Nacional da Argentina, pertencentes as controladas ALL Central e ALL Mesopotâmica. A partir da data da rescisão do contrato de concessão, a Companhia passou a apresentar os saldos contábeis dessas controladas como operações descontinuadas, de acordo com o CPC 31/IFRS 5.

ALL Central e ALL Mesopotâmica continuam existindo, porém sem as devidas autorizações para explorar as operações ferroviárias. Com a perda das concessões, a ALL Argentina registrou uma perda por *impairment* no seu ativo imobilizado no valor de R\$ 194.300, bem como realizou a baixa dos impostos diferidos ativos que mantinha registrada no balanço, no montante de R\$ 23.772 assim como outros créditos considerados de difícil realização no montante de R\$ 14.091.

Houve, ainda, a provisão dos débitos relacionados com partes relacionadas que seriam capitalizados, no montante de R\$ 100.772. Esta provisão não apresenta efeito no lucro líquido consolidado.

A Administração está analisando alternativas para recuperar parte dos investimentos efetuados. Todavia, até o momento, não existe nenhuma expectativa da recuperação desses valores.

Não houve grupo de ativos e passivos para alienação classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2013.

Em 26 de agosto de 2013 a ALL Argentina entrou com o pedido de concordata.

Em 2014 foi apresentada proposta pela Companhia para pagamento dos saldos devedores. Esta proposta já foi aprovada pela maioria dos credores da ALL Argentina com 50% de deságio do saldo a receber e 03 anos de prazo para liquidação do saldo. A Companhia irá prover os recursos necessários para que a ALL Argentina cumpra com as obrigações diante deste acordo.

#### *Ritmo*

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a venda de sua participação na subsidiária Ritmo.

Desta forma, a Companhia classificou como ativo não circulante mantido para venda esse ativo reduzido ao valor esperado de realização no montante de R\$ 44.416.

Os resultados dessa controlada passaram a ser apresentados na rubrica “Operações Descontinuadas” nas demonstrações de resultado, contemplando o montante de R\$ 18.902 decorrentes da perda por redução ao valor recuperável.

#### *Vetria*

Os acionistas da Vetria decidiram encerrar o Contrato de Associação, comprometendo-se a avaliar, definir e adotar conjuntamente os atos e as medidas que vierem a ser necessários em virtude da referida resolução, nos termos do Contrato de Associação. Desta forma a Companhia já realizou a baixa do saldo do investimento assim como a receita diferida inicialmente contabilizada, e sua parcela de responsabilidade sobre os passivos assumidos por sua controlada em conjunto. Os efeitos do desfazimento da Vetria no montante de R\$ 128.548 foram tratados como despesas com operações descontinuadas.

### **b. Aquisição de plantas, equipamentos, patentes, ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia, desde que já divulgados**

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não adquiriu plantas, equipamentos, patentes, ou outros ativos que influenciem materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

### **c. Novos produtos e serviços**

#### ***(i) Pesquisas em andamento já divulgadas***

Os Diretores da Companhia esclarecem que em 31 de dezembro de 2014 não há pesquisas em andamento já divulgadas.

#### ***(ii) Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços***

Os Diretores da Companhia esclarecem que a Companhia não gastou qualquer montante em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos e serviços, tendo em vista que não há pesquisas em andamento.

***(iii) e (iv) Projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços***

Os Diretores da Companhia esclarecem que dentre os investimentos que a Companhia tem para expansão da capacidade e melhorias em sua malha, sendo os mais relevante a duplicação de Campinas a Santos, qual seja:

- A Companhia pretende duplicar o trecho ferroviário compreendido entre Campinas/SP e Santos/SP, com uma expectativa de investimento em torno de R\$645 milhões. Cerca de 90% da obra já está concluída com previsão de finalização ainda em 2015.

**10.11. Outros fatores com influência relevante**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não houve outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que, no julgamento dos administradores, devam ser comentados.

\* \* \*



**ALL – AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA S.A.**  
CNPJ/MF nº 02.387.241/0001-60  
NIRE nº 413 00 019886  
Companhia Aberta  
Categoria A

Em cumprimento ao disposto no artigo 12º da Instrução CVM 481/2009, com vistas a instruir as matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ALL – América Latina Logística S/A (“**Companhia**”), disponibiliza-se neste documento as informações referentes à **proposta de fixação da remuneração dos administradores.**

Propomos que a remuneração global dos administradores, para o exercício social de 2015, seja fixada no montante total de até R\$ 27.790.291,00.

O limite ora proposto **(i)** é referente a remuneração dos administradores da Companhia para a competência do exercício social de 2015 (regime de competência), ainda que parte dos pagamentos aos administradores sejam realizados em outros exercícios sociais, **(ii)** inclui a remuneração fixa e variável dos administradores, bem como quaisquer benefícios incorridos ou suportados pela Companhia, diretos ou indiretos, e **(iii)** inclui as despesas associadas com o reconhecimento do valor justo das opções de compra de ações decorrentes do Plano de Opção de Compra de Ações, previamente aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral<sup>1</sup>.

Informamos, ainda, que na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 2014, foi aprovado um limite global de remuneração dos administradores no valor de R\$ 27.790.291,00, tendo sido efetivamente realizado o valor total de R\$ 13.525.356. A diferença entre o aprovado e o efetivamente realizado decorre do fato da Companhia não ter atingido seus indicadores de desempenho no exercício social de 2014.

Adicionalmente, a Companhia informa que **(i)** o relatório da administração sobre os negócios sociais e os principais fatos administrativos do exercício findo; **(ii)** cópia das demonstrações financeiras; **(iii)** parecer dos auditores independentes; **(iv)** parecer do conselho fiscal; e **(v)** formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP foram disponibilizados na sede social da Companhia e divulgados nos *websites* de Relações com Investidores da Companhia ([www.all-logistica.com/ri](http://www.all-logistica.com/ri)), da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)), nestes dois últimos através do Sistema de Informações Periódicas (IPE), no dia 31 de março de 2015.

---

<sup>1</sup> Em decorrência da decisão do Colegiado da CVM referente ao Processo CVM nº RJ2014/6629, sem prejuízo de a Companhia ter apresentado pedido de reconsideração que está pendente de julgamento.

## ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/09 ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

### **13.1. Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração**

#### **a. Objetivos da política ou prática de remuneração**

O principal objetivo da política de remuneração da Companhia é estabelecer um sistema de remuneração da administração que auxilie no desenvolvimento de uma cultura de alta performance, mantendo no longo prazo pessoas importantes para o crescimento da Companhia, garantindo a contratação e a retenção das melhores pessoas e assegurando o alinhamento dos interesses dos administradores com os dos acionistas.

No caso dos diretores estatutários e membros do Conselho de Administração, a existência da prática de remuneração variável permite o compartilhamento do risco e do resultado da Companhia com seus principais executivos, característica de uma política transparente e voltada para o alcance de resultados duradouros e a perpetuidade da Companhia.

Para os membros do Conselho Fiscal e membros dos Comitês da Companhia, não há práticas de remuneração variável.

#### **b. Composição da remuneração**

##### *i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles*

##### *Conselho de Administração*

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é (ou pode ser) dividida em: (i) remuneração fixa, a qual é alinhada com a média do mercado; e (ii) remuneração variável, caso o membro do Conselho de Administração exerça funções executivas na Companhia, com o objetivo de estimular e recompensar resultados expressivos por meio de bônus atrelado aos resultados financeiros da Companhia e dos programas de opção de compra de ações.

Dentre as funções executivas exercidas pelo(s) membro(s) do Conselho de Administração que participa(m) da remuneração variável da Companhia, citamos: acompanhamento mensal da gestão dos resultados e metas da diretoria, participação no estabelecimento de diretrizes estratégicas, defesa dos interesses dos acionistas e atendimento às requisições apresentadas pelos investidores, fiscalização do cumprimento das regras de governança corporativa, dentre outras.

Atualmente, somente um membro do Conselho de Administração exerce função executiva na Companhia, fazendo jus ao recebimento de remuneração variável.

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao recebimento de benefícios diretos e/ou indiretos, ou de benefícios pós-emprego da Companhia.

##### *Diretoria*

Os membros da Diretoria têm sua remuneração dividida em componentes fixo e variável. O componente fixo é o salário base, alinhado com a média do mercado, enquanto o diferencial é a remuneração variável, que visa o médio e longo prazo, refletida nos programas de opções de compra de ações da Companhia.

A remuneração variável é composta por (i) uma parte em dinheiro e, (ii) a critério da Companhia, uma parte em plano de opções de compra de ações. A remuneração variável tem como objetivo a retenção dos executivos qualificados, incentivando-os a permanecer na Companhia, a médio e longo prazo, estimulando o atendimento dos resultados, de forma a buscar a melhoria contínua.

Em relação ao recebimento de benefícios diretos e indiretos, a Companhia fornece a todos os seus empregados, inclusive, aos membros da Diretoria, seguro de vida, assistência médica e odontológica, sendo que todos são opcionais.

Os membros da Diretoria não fazem jus ao recebimento de benefícios pós-emprego.

É importante ressaltar que a Companhia possui um Comitê de Gente e Gestão que analisa a estratégia de remuneração fixa e variável a ser adotada, além de sugerir indicações de Beneficiários para participação nos programas de opção de compra de ações, e a submete para posterior deliberação pelo Conselho de Administração da Companhia.

#### *Conselho Fiscal*

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela assembleia geral de acionista que os elege, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadia, necessárias ao desempenho da função.

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus ao recebimento de benefícios diretos e/ou indiretos, ou de benefícios pós-emprego, da Companhia.

#### *Comitês*

Nos últimos 3 exercícios sociais, a Companhia possui somente 2 comitês instalados: Comitê de Gente e Gestão e Comitê do POCA.

Atualmente, todos os membros dos Comitês da Companhia são administradores.

O Comitê do POCA é responsável por todas e quaisquer questões relacionadas ao Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, e é composto por todos os membros titulares do Conselho de Administração da Companhia. Os membros do POCA não recebem qualquer remuneração adicional pelo desempenho das funções no referido comitê.

O Comitê de Gente e Gestão tem como finalidade recomendar ao Conselho em questões de orçamento, metas, remuneração variável, decisões de investimento, grandes contratos e outros aspectos de gestão da Companhia. Os administradores e membros do Comitê de Gente e Gestão não recebem remuneração adicional pelo desempenho das funções no referido comitê, mas seus membros deverão optar por receber remuneração pela função de administrador ou a remuneração pelo exercício da função neste comitê, conforme Estatuto Social da Companhia.

Os membros do Comitê de Gente e Gestão e do Comitê do POCA não fazem jus ao recebimento de benefícios diretos e/ou indiretos, ou de benefícios pós-emprego, da Companhia.



## ***ii. Proporção de cada elemento na remuneração total***

No caso do Conselho Fiscal, a remuneração fixa corresponde a 100% da remuneração total, conforme mencionado no item 13.1.b.i, acima.

Já no caso da Diretoria, a remuneração fixa corresponde a aproximadamente 23% da remuneração total, enquanto a remuneração variável corresponde, aproximadamente, aos demais 77%, incluindo a parcela relativa à remuneração baseada em ações. Dentro da parcela referente à remuneração variável, a parte relacionada à remuneração baseada em ações (longo prazo) representa aproximadamente 16% e a parte relacionada ao bônus (curto prazo) representa, aproximadamente, 84%.

Com relação aos membros do Conselho de Administração, apenas os que exercem funções executivas na Companhia possuem remuneração variável atrelada a resultados individuais e da Companhia. No caso do Conselho de Administração, a remuneração fixa corresponde a aproximadamente 74% da remuneração total, enquanto a remuneração variável corresponde, aproximadamente, aos demais 26%, incluindo a parcela relativa à remuneração baseada em ações. Dentro da parcela referente à remuneração variável, a parte relacionada à remuneração baseada em ações (longo prazo) representa 0% e a parte relacionada ao bônus (curto prazo) representa 100%.

A remuneração pode variar conforme o desempenho verificado tanto com relação à Companhia quanto com relação aos administradores. Assim, caso a Companhia ou o administrador não atinjam os resultados mínimos estabelecidos, não haverá qualquer pagamento de remuneração variável de curto prazo.

## ***iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração***

Os valores de remuneração e as formas de reajustes pagos pela Companhia aos seus administradores e empregados são comparados periodicamente com o mercado, por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas, de forma que se possa aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de se realizar reajuste em algum dos componentes da remuneração. Quanto aos critérios de comparação, a Companhia efetua a comparação com outras empresas de capital aberto, independentemente do setor de atuação, mas com faturamento similar, bem como com as demais empresas que atuam no setor de logística nacional.

Vale destacar que não há um critério pré-definido para o cálculo do reajuste da remuneração dos administrados e demais empregados da Companhia.

## ***iv. Razões que justificam a composição da remuneração***

A remuneração dos administradores é definida de modo a encorajá-los a alcançar resultados de curto e de longo prazo da Companhia. Nesse sentido, garante-se uma remuneração fixa em linha com a praticada pelo mercado, estimulando-se, no entanto, a busca de resultados expressivos para a obtenção de remuneração variável acima da média do mercado. Para isso, a remuneração variável é definida de acordo com as seguintes bases: (i) as metas da Companhia que definem o alcance dos resultados deverão ser desafiadoras, mas atingíveis; (ii) abaixo de determinado nível de alcance das metas não será conferido qualquer remuneração variável, mas atingimentos excepcionais deverão ser remunerados com bônus atrelados aos resultados da Companhia equivalentes ou mesmo superiores aos maiores níveis de mercado; (iii) a remuneração variável apenas será concedida se tanto as metas da Companhia quanto as do administrador forem alcançadas.

No longo prazo, com a possibilidade de outorga de opções de compra de ações, estimula-se a conjunção dos interesses de acionistas e administradores no médio e longo prazo, mediante o investimento em ações da Companhia por parte dos administradores, as quais terão restrição de venda pelo período de 2 ou 3 anos.

Para o Conselho Fiscal, busca-se assegurar remuneração compatível com os limites definidos na legislação aplicável, garantindo-se adequada retribuição destes para o exercício de suas funções.

#### **c. Principais indicadores de desempenho levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

Para a determinação de todos os itens de remuneração, são levadas em consideração a performance do empregado e suas metas individuais. A remuneração variável está diretamente atrelada aos indicadores contidos no orçamento da Companhia, o qual é aprovado pelo Conselho de Administração, cujos principais indicadores de desempenho da Companhia e dos administradores são EBITDA ajustado, EVA, lucro líquido, fluxo de caixa, volume de transporte, produtividade dos ativos, entre outros.

#### **d. Estrutura da remuneração que visa refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

O elemento variável da remuneração se realiza anualmente e considera metas estabelecidas para a Companhia, diretorias, unidades de negócio específicas e para cada administrador ou empregado individualmente. Inicialmente são determinadas as metas aplicáveis à Companhia, e, em seguida, tais metas são desdobradas de forma específica para cada diretoria ou unidade de negócios. Esse desdobramento de metas é sempre feito de modo que o alcance das metas pelas diretorias ou unidades de negócio esteja sempre alinhado com as metas da Companhia, contribuindo para o resultado desta.

O desempenho da Companhia deverá atingir um mínimo para que haja o pagamento de remuneração variável. No mesmo sentido, resultados excepcionais da Companhia também são refletidos em remunerações variáveis expressivas. O valor da remuneração variável atribuída aos administradores e empregados, além de pautar-se nos resultados da Companhia, também depende do alcance de suas metas individuais.

Assim, qualquer mudança nos itens da remuneração está diretamente atrelada à performance individual e da Companhia e alcance das metas no período em questão, já que os aumentos salariais, as variações dos múltiplos salariais recebidos como bônus e a quantidade de opções outorgadas estão diretamente ligados ao desempenho demonstrado no período avaliado.

#### **e. Alinhamento da política ou prática de remuneração com interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia**

A política de remuneração da Companhia incorpora elementos de alinhamento aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo.

Os resultados de curto prazo, assim considerados os anuais, alinham-se com a política de remuneração da Companhia no que se refere ao pagamento da remuneração variável. Neste caso, os resultados da Companhia e dos seus administradores durante o ano definirão o montante a ser atribuído a cada administrador.

O alinhamento no médio e no longo prazo é resultado de dois elementos: (i) consistência no atendimento de metas relativas aos principais indicadores, de forma anual; e (ii) as características

do programa de outorga de opção de compra de ações, que exigem um comprometimento de recursos no longo prazo (em razão do período de restrição à venda das ações correspondentes e do prazo de 5 anos para a incorporação da totalidade das opções).

**f. Remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Nos exercícios sociais de 2011 e 2012, a remuneração, tanto a fixa como a variável, dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração, foi suportada integralmente pela Companhia.

No exercício social de 2013, a remuneração, tanto a fixa como a variável, dos membros da Diretoria da Companhia, foi suportada pelas suas controladas, conforme quadro abaixo. A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi suportada integralmente pela Companhia.

ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A	ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A.	ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A.	ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A.
R\$ 16.998.235,51	R\$ 47.197,51	R\$ 686.854,35	R\$ 133.030,88

No exercício social de 2014, a remuneração, tanto a fixa como a variável, dos membros da Diretoria da Companhia, foi suportada parcialmente pelas suas controladas, conforme quadro abaixo. A remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal foi suportada integralmente pela Companhia.

ALL – América Latina Logística Malha Sul S.A	ALL – América Latina Logística Malha Oeste S.A.	ALL – América Latina Logística Malha Norte S.A.	ALL – América Latina Logística Malha Paulista S.A.
R\$ 1.679.017,82	R\$ 160.167,48	R\$ 1.196.122,91	R\$ 1.881.931,79

**g. Remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de determinado evento societário**

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

**13.2 Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente**

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2015 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	15,00	8,00	0,00	23,00
Remuneração Fixa Anual	4.428.000	5.781.475	0,00	10.209.475
Salário ou pró-labore	0,00	0,00	0,00	0,00

<b>Benefícios diretos ou indiretos</b>	0	0	0,00	0
<b>Participação em comitês</b>	0,00	0	0,00	0,00
<b>Outros</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Remuneração Variável</b>	1.597.200	15.751.936	0,00	17.349.136
<b>Bônus</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Participação de resultados</b>	0	0,00	0,00	0,00
<b>Participação em reuniões</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Comissões</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outros</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	N.A	0,00	N.A	0,00
<b>Baseado em ações</b>	N.A	231.680*	N.A	231.680
<b>Observação</b>	O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP/nº 02/2015	O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP/nº 02/2015	O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP/nº 02/2015	--
<b>Total da remuneração</b>	6.025.200	21.765.091	0,00	27.790.291

\*Despesas associadas com o reconhecimento do valor justo das opções de compra de ações decorrentes do Plano de Opção de Compra de Ações, previamente aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral. A inclusão desta informação foi feita em atendimento ao Ofício nº 0154/2015/CVM/SEP/GEA-2 recebido pela Companhia em 20/04/2015, em decorrência da decisão do Colegiado da CVM referente ao Processo CVM nº RJ2014/6629, sem prejuízo de a Companhia ter apresentado pedido de reconsideração que está pendente de julgamento.

<b>Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Nº de membros</b>	14,91	6,5	3,08	24,49
<b>Remuneração Fixa Anual</b>	4.378.560	4.917.240	396.360	9.692.160
<b>Salário ou pró-labore</b>	3.198.800	4.553.000	330.300	8.082.100
<b>Benefícios diretos ou indiretos</b>	729.760	364.240	66.060	1.160.060
<b>Participação em comitês</b>	450.000	0	0	450.000
<b>Outros</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Remuneração Variável</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Bônus</b>				

<b>Participação de resultados</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Participação em reuniões</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Comissões</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outros</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessaçã o do cargo</b>	N.A.	2.826.000	N.A.	2.826.000
<b>Baseado em ações</b>	0	1.007.196	N.A.	1.007.196
<b>Observação</b>	O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP/nº 02/2015	O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP/nº 02/2015	O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP/nº 02/2015	--
<b>Total da remuneração</b>	<b>4.378.560</b>	<b>8.750.436</b>	<b>396.360</b>	<b>13.525.356</b>

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013**

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Nº de membros</b>	14,42	7,67	3,08	28,00
<b>Remuneração Fixa Anual</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Salário ou pró-labore</b>	3.349.800,00	5.618.723,00	475.200,00	9.443.723,00
<b>Benefícios diretos ou indiretos</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Participação em comitês</b>	540.000,00	0,00	0,00	540.000,00
<b>Outros</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Remuneração Variável</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Bônus</b>	1.248.720,00	13.973.094,00	0,00	15.221.814,00
<b>Participação de resultados</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Participação em reuniões</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Comissões</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outros</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessaçã o do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseado em ações</b>	211.903,00	3.285.717,00	0,00	3.497.620,00
<b>Observação</b>	O número de membros foi calculado de acordo	O número de membros foi calculado de acordo	O número de membros foi calculado de acordo	--

	com o Ofício- Circular/CVM/SEP/nº 02/2015	com o Ofício- Circular/CVM/SEP/nº 02/2015	com o Ofício- Circular/CVM/SEP/nº 02/2015	
<b>Total da remuneração</b>	<b>5.350.423,00</b>	<b>22.877.534,00</b>	<b>475.200,00</b>	<b>28.703.157,00</b>

<b>Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012</b>				
	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Nº de membros</b>	15,33	8,08	3,08	26,49
<b>Remuneração Fixa Anual</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Salário ou pró-labore</b>	3.630.000,00	6.402.560,00	469.760,00	10.502.320,00
<b>Benefícios diretos ou indiretos</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Participação em comitês</b>	540.000,00	0,00	0,00	540.000
<b>Outros</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Remuneração Variável</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Bônus</b>	1.368.000,00	10.346.240,00	0,00	11.714.240,00
<b>Participação de resultados</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Participação em reuniões</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Comissões</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outros</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseado em ações</b>	441.782,00	5.256.147,00	0	5.697.929,00
<b>Observação</b>	O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP/nº 02/2015	O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP/nº 02/2015	O número de membros foi calculado de acordo com o Ofício-Circular/CVM/SEP/nº 02/2015	
<b>Total da remuneração</b>	<b>5.979.782,00</b>	<b>22.004.947,00</b>	<b>469.760,00</b>	<b>28.454.489,00</b>

### 13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2015)

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Número de membros</b>	1	8	0	9
<b>Bônus</b>				

Valor mínimo previsto no plano de remuneração*	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração*	0,00	6.745.054	0,00	6.745.054
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	6.745.054	0,00	6.745.054
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	1.597.200	6.745.054	0,00	8.342.254
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

*Nota: A Companhia não efetua pagamento de participação nos lucros, mas somente o pagamento de bônus*  
*Nota: A Companhia esclarece que o bônus para o exercício social de 2015 será objeto de aprovação em AGO a ser realizada em 30.04.2015.*

Remuneração variável do exercício social encerrado em 31/12/2014

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Número de membros</b>	1	6,5	0	21,41
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Valor Metas Atingidas + 10% para cada R\$50MM de EBITDA adicional à meta	Valor Base + 10% para cada R\$50MM de EBITDA adicional à meta	0,00	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	1.597.200	15.983.616	0,00	17.580.816
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável do exercício social encerrado em 31/12/2013

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Número de membros</b>	1	7,67	0	8,67
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Valor Metas Atingidas + 10% para cada R\$50MM de EBITDA adicional à meta	Valor Base + 10% para cada R\$50MM de EBITDA adicional à meta	0,00	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	1.320.000,00	17.350.500,00	0,00	18.670.500,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	1.248.720,00	13.973.094,00	0,00	0,00
<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração variável do exercício social encerrado em 31/12/2012

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Número de membros</b>	1	8,08	0	
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Valor Metas Atingidas + 10% para cada R\$50MM de EBITDA ajustado adicional à meta	Valor Base + 10% para cada R\$50MM de EBITDA ajustado adicional à meta	0,00	-
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	2.000.000	18.630.000	0,00	20.630.000
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	1.368.000	10.346.240	0,00	11.714.240



<b>Participação nos resultados</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

*Nota: A Companhia não efetua pagamento de participação nos lucros, mas somente o pagamento de bônus.*

### **13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente**

#### **a. Termos e condições gerais**

No âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano”), empregados de alto nível, prestadores de serviço e administradores, seja da Companhia ou de sociedades por ela controladas direta ou indiretamente (“Beneficiários”), são elegíveis a receber opções de compra de ações de emissão da Companhia.

O Plano foi aprovado pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de abril de 1999. O Plano estabelece as condições gerais para a outorga das opções, os critérios para definição do preço de aquisição, os termos e condições de tais opções, as restrições para alienação das ações adquiridas por meio do plano, além de definir diversas atribuições do Conselho de Administração na condição de administrador do Plano.

Nos termos do Plano, o Conselho de Administração, enquanto seu administrador ou, a critério dele, por um comitê especialmente formado para esse fim (“Comitê do POCA”), tem amplos poderes para sua organização, observadas as condições gerais do Plano. O Comitê do POCA é o órgão responsável por realizar as outorgas de opções, estabelecendo os termos e condições aplicáveis a cada outorga em programas de opção de compra de ações (“Programas”), nos quais são definidos os Beneficiários, o número e espécie de ações da Companhia objeto de outorga, o preço de exercício, os períodos para exercício e o prazo máximo para exercício das opções, normas sobre a transferência das opções e eventuais restrições às ações adquiridas, bem como disposições sobre penalidades aplicáveis.

Os Beneficiários contemplados pelos Programas devem celebrar respectivos Contrato de Opção de Subscrição ou Compra a Termo de Ações e Outros Pactos (“Contratos”) com a Companhia, por meio dos quais os Beneficiários têm a opção de comprar lotes de ações de emissão da Companhia, de acordo com os termos e condições do Plano e do respectivo Programa.

Os Programas podem contemplar dois grupos de beneficiários, com tipos diferentes de contrato, aqui referidos como “Contrato A” (comuns a todos os programas) e “Contrato B” (presentes a partir do “Programa 2006”). No “Contrato A” o beneficiário deve efetuar o pagamento de 10% do valor das ações, no ato da assinatura do contrato, como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, adquirindo então o direito a efetuar, a cada ano, contribuições para a aquisição de 18% do número total de ações, de tal forma que ao final do 5º ano o Beneficiário terá

incorporado ao seu patrimônio o direito a efetuar contribuições para a aquisição de 100% das ações. O valor das contribuições (preço das opções) é atualizado pela variação do IGP-M. Os Contratos do tipo B diferem do Contrato A principalmente no seguinte ponto: aquisição do direito de efetuar as contribuições para a aquisição das ações muda de 10% no momento da outorga e 18% nos anos seguintes, como ocorre no Contrato A, e passa a ser de 10% no momento da outorga, 5% no primeiro ano, 10% no segundo, 15% no terceiro, 25% no quarto e 35% no quinto e último ano. Caso o beneficiário do Contrato B se desligue da Companhia sem justa causa, o Comitê do POCA pode, a seu critério, alterar o cronograma de aquisição do direito de efetuar contribuições para a aquisição das ações, para 18% ao ano, tal como é o cronograma do Contrato A.

Para o Programa de 2012, especificamente, tanto os Contratos A como os Contratos B, o Beneficiário deve efetuar o pagamento de 10% do valor das ações, no ato da assinatura do contrato, como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, adquirindo então o direito a efetuar contribuições gradativas; 5% no 1º ano, 15% no 2º ano, 20% no 3º ano, 25% no 4º ano e 25% no 5º e último ano.

Até a data da apresentação deste Formulário de Referência foram outorgadas opções através dos Programas de 1999, 2000, 2001, 2003, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2012, sendo a cada ano um Programa específico.

#### **b. Principais objetivos do plano**

O Plano objetiva: (i) estimular a expansão e o êxito no desenvolvimento dos seus objetivos sociais, permitindo aos Beneficiários adquirir ações de emissão da Companhia, incentivando a integração destes com a Companhia; (ii) atrair administradores e empregados de alto nível a prestarem seus serviços, oferecendo-lhes a vantagem adicional de se tornarem acionistas da Companhia em condições potencialmente diferenciadas; e (iii) alinhar os interesses dos administradores e empregados de alto nível aos interesses dos acionistas da Companhia.

#### **c. Forma como o plano contribui para esses objetivos**

Ao possibilitar que os empregados e administradores se tornem acionistas da Companhia em condições potencialmente diferenciadas, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia, assim maximizando seus lucros. O oferecimento de opções de compra de ações estimula os Beneficiários, ainda, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização imediata das ações, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações, igualmente relevantes em face do modelo de outorgas adotado. Atinge-se, ainda, por meio deste modelo o compartilhamento dos riscos e dos ganhos da Companhia, por meio da valorização das ações adquiridas no âmbito do Plano.

Adicionalmente, o modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores e empregados, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

#### **d. Inserção do plano na política de remuneração da Companhia**

O Plano atualmente em vigor se insere na política de focar a remuneração dos administradores e empregados de alto nível em componentes variáveis, atrelados ao desempenho da Companhia. De fato, a maior parte da remuneração total se concentra nos incentivos que visam compartilhar o risco

e o resultado com seus principais executivos. Conforme explicado no item 13.1 acima, a remuneração em ações está diretamente ligada a este alinhamento de interesses.

#### **e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo**

As outorgas realizadas com base nos Programas trazem diferentes mecanismos que permitem o alinhamento de interesses dos administradores em diferentes horizontes de tempo. A divisão em programas anuais e a existência de períodos de carência diferenciados (ver item 13.4.h abaixo - Prazos de Incorporação das Opções) fazem com que os Beneficiários se comprometam com a constante valorização das ações da Companhia no curto, médio e longo prazo. O Beneficiário tem como incentivo, desde o curto prazo, o exercício de opções a preços mais baixos que o valor de mercado das ações da Companhia, fazendo com que atue constantemente em prol da valorização de tais ações.

Adicionalmente, a existência de períodos durante os quais as ações não podem ser alienadas (ver item 13.4.i abaixo - *lock up*), também modula os incentivos do Beneficiário para um prazo mais longo: as ações objeto do exercício das opções apenas estarão livres para venda após tal período, de maneira que o Beneficiário apenas auferirá um ganho se as ações da Companhia se mantiverem valorizadas até o fim deste prazo, quando poderão ser alienadas.

#### **f. Número máximo de ações abrangidas**

Desde a constituição do plano de opções, em 1999, até 31.12.2014 o número máximo de ações abrangidas pelo plano de opções, desde sua aprovação, independente de terem sido exercidas, é de 43.844.086.

#### **g. Número máximo de opções a serem outorgadas**

A partir de 09/09/2010 até a presente data, conforme Estatuto Social da Companhia vigente, o Conselho de Administração pode outorgar opção de compra de ações sem que os acionistas tenham direito de preferência à aquisição dessas ações (i) até o limite anual de 1,5% do capital social para a outorga de opções (ou seja, R\$ 51.724.251,47 do capital social), e (ii) até o limite máximo de 5% do capital social para o total de opções outorgadas (ou seja, R\$ 172.414.171,58 do capital social).

#### **h. Condições de aquisição de ações**

##### *Quanto a Participação nos Programas*

Como regra geral para a participação dos Beneficiários nos Programas criados pelo Comitê do POCA, há uma obrigação de que, para aderir ao referido Programa, o Beneficiário deve adquirir 10% do total das opções na data da outorga, mediante a assinatura do respectivo Contrato relacionado ao Programa.

Excetuam-se desta regra geral os Beneficiários do Programa de 2009, programa criado pelo Comitê do POCA em substituição as opções outorgadas em Programas de 2007 e de 2008. Em 03/08/2009, o Comitê do POCA cancelou os Programas de 2007 e de 2008 e trocou as opções ainda não exercidas pelos Beneficiários destes planos por um novo programa, o Programa de 2009, na proporção de 9 para 5. Assim, para cada 9 opções integrantes dos lotes cancelados dos Programas de 2007 e de 2008, os Beneficiários receberam 5 opções no âmbito do Programa de 2009.

##### *Quanto aos Prazos de Incorporação das Opções*

Os Beneficiários podem adquirir, anualmente e durante o prazo de 5 anos, o direito de efetuar contribuições pelas opções outorgadas no âmbito de cada Programa.

Como regra geral, os Beneficiários devem efetuar o pagamento de 10% do valor das opções, no ato da assinatura do Contrato, como condição para participar do Programa, passando a adquirir o direito de efetuar, a cada ano, contribuições para a aquisição de 18% do número total de ações, de tal forma que ao final do 5º ano o Beneficiário terá incorporado ao seu patrimônio o direito a efetuar contribuições para a aquisição de 100% das ações.

Excetuam-se desta regra geral os administradores da Companhia que são Beneficiários do Programa de 2006. Para este programa, a aquisição do direito de efetuar as contribuições para a aquisição das ações altera de 10% no momento da outorga e 18% nos anos seguintes e passa a ser de 10% no momento da outorga, 5% no 1º ano, 10% no 2º ano, 15% no 3º ano, 25% no 4º ano e 35% no 5º e último ano. Caso o Beneficiário se desligue da Companhia sem justa causa, o Comitê do POCA pode, a seu critério, alterar o cronograma de aquisição do direito de efetuar contribuições para a aquisição das ações, para 18% ao ano, tal como a regra geral.

O Programa de 2012 também difere da regra geral no sentido de que o Beneficiário deve efetuar o pagamento de 10% do valor das ações, no ato da assinatura do contrato, como condição para adquirir o direito à opção de compra de ações, passando a ter o direito a efetuar contribuições gradativas; 5% no 1º ano, 15% no 2º ano, 20% no 3º ano, 25% no 4º ano e 25% no 5º e último ano.

#### *Quanto ao Preço de Exercício das Opções*

Cada Programa define especificamente o preço para o exercício da opção. Como regra geral, o valor das contribuições, ou preço das ações, é atualizado pela variação do IGP-M/FGV a partir da data da outorga, mediante a assinatura do Contrato relacionado ao Programa.

Excetuam-se desta regra geral o valor das contribuições, ou preço das ações, do Programa de 2003, cujo valor é atualizado pela variação do IGP-M/FGV acrescido de juros de 6% ao ano a partir da data da outorga.

#### *Quanto ao Prazo de Extinção das Opções dos Programas ainda Vigentes*

Para os Programas 2005 e 2006, os Beneficiários terão o prazo extintivo de 10 anos, a contar da data incorporação das opções, para efetuar as contribuições para a aquisição das ações que fizerem jus de acordo com cada um destes Programas.

Para o Programa 2009 e de 2012, os Beneficiários terão o prazo extintivo de 5 anos, a contar da data incorporação das opções, para efetuar as contribuições para a aquisição das ações que fizerem jus de acordo com este Programa.

#### *Programa de Restricted Shares Options*

Em assembleia realizada em 1º de setembro de 2010, o Comitê do POCA aprovou o programa de “*Restricted Options Shares*”. O Programa consiste na concessão de opções, equivalentes a 3.000.000 de ações, a um grupo determinado de empregados e administradores da Companhia, em caráter intransferível, cujo exercício está condicionado cumulativamente (i) à manutenção da relação de trabalho com a Companhia até 31 de dezembro de 2012, (ii) ao atingimento de metas operacionais individuais, e (iii) ao sucesso da Companhia em atingir suas metas de EBITDA ajustado.

As opções não têm direito a dividendos antes de seu exercício. O prazo de exercício é de 6 meses a partir do decurso do período de aquisição que termina em 31/12/2012. O preço de exercício era, na época, de R\$ 0,01 por ação. Como o preço de exercício tende a zero, o valor justo da opção equivale ao valor de mercado da ação na data de outorga do programa (R\$ 16,50).

Em reunião do Comitê do POCA realizada em 23/02/2012, o referido Comitê aprovou a possibilidade de que o saldo de opções não exercidas com base na meta de EBITDA ajustado de 2012 poderá ser recuperado pelos Beneficiários, se (i) houver a manutenção da relação de trabalho com a Companhia até 31 de dezembro de 2014; (ii) houver o atingimento de metas operacionais individuais e; (iii) houver o sucesso da Companhia em atingir suas metas de EBITDA ajustado previstas para 2014.

O preço de exercício se manteve em R\$ 0,01 por ação. Como o preço de exercício tende a zero, o valor justo da opção, relativo ao saldo não entregue em 2012, equivale ao valor de mercado da ação na data desta nova outorga (R\$ 9,46).

Parte das ações outorgadas no âmbito do Programa “*Restricted Options Share*” já foram entregues aos seus respectivos Beneficiários, em fevereiro de 2013. Em decorrência do não atingimento das metas de EBITDA ajustado da prevista para 2014, o referido programa perdeu seu objeto e não permanece eficaz.

#### **i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício**

Como regra geral, o preço de aquisição ou exercício é definido pelo Comitê do POCA, com base na cotação média das ações da Companhia negociadas na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros anteriores à data das outorgas.

Para os programas anteriores a junho de 2004 (pré *Initial Public Offering*), o preço de aquisição ou exercício foi definido pelo Comitê do POCA com base no patrimônio líquido da Companhia na data das outorgas.

#### **j. Critérios para fixação do prazo de exercício**

Os critérios para a fixação do prazo de exercício conforme descrito no item 13.4.h acima consideram os seguintes objetivos: (i) alinhamento dos interesses de curto, médio e longo prazo de valorização da Companhia; (ii) mecanismo de retenção de pessoas chave da Companhia; e (iii) consideração de valor justo implícito na outorga das opções.

#### **k. Forma de liquidação**

Em geral, as ações correspondentes às opções exercidas pelos Beneficiários são objeto de emissão e aumento de capital correspondente, sempre dentro do limite do capital autorizado, com a consequente homologação pelo Conselho de Administração.

A Companhia também pode se utilizar de ações mantidas em tesouraria para fazer frente ao exercício de opções. Esta alternativa vem sendo utilizada pela Companhia para as opções exercidas desde abril de 2008.

Para os Programas criados até 2010, a regra geral é de que 30% do preço de exercício seja pago à vista, no ato da subscrição ou compra das ações correspondentes, sendo que o saldo remanescente

de 70% deverá ser pago pelo Beneficiário em até 30 dias a contar da efetiva emissão ou transferência das ações.

#### **I. Restrições à transferência das ações**

As ações decorrentes do exercício de opções outorgadas encontram-se sujeitas a restrições à sua disponibilidade. Com exceção dos Programas de 2009 e de 2012, os demais Programas possuem prazo de indisponibilidade das outorgas (*lock up*) de 2 anos contados da data da assinatura do Contrato. O Programa de 2009 possui o prazo de indisponibilidade de 3 anos contados da data da assinatura do Contrato e o Programa de 2012 possui prazo de indisponibilidade de 2 anos contados da data do exercício das opções.

#### **m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano**

O Comitê do POCA possui atribuições diversas no âmbito da administração do Plano, podendo modificar unilateralmente os termos e condições da opção outorgada, desde que tais modificações não prejudiquem os direitos dos Beneficiários.

Ainda, em caso de incorporação, fusão, cisão ou reorganização da Companhia, na qual a Companhia não seja a Companhia remanescente, ou a venda de parcela substancial da propriedade de mais de 80% das ações existentes da Companhia a qualquer outra sociedade, o Comitê do POCA terminará e qualquer opção até então concedida extinguir-se-á, a não ser que se estabeleça por escrito, em conexão com tal transação, a manutenção do Plano e a assunção das opções até então concedidas, com a substituição de tais opções por novas opções, assumindo a Companhia sucessora ou sua afiliada ou subsidiária os ajustamentos apropriados no número, espécie e preço de ações, e nesse caso o Plano continuará na forma então prevista. Poderá, ainda, o Comitê do POCA estabelecer regras especiais de preço e de liquidação das contribuições para aquisição das ações efetuadas pelos beneficiários em caso de transferência de controle da Companhia.

#### **n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações**

Cessada, por qualquer razão: (i) a relação de emprego entre a Companhia, suas coligadas e/ou controladas, e o Beneficiário; ou (ii) o contrato de prestação de serviços entre a Companhia, suas coligadas e/ou controladas e o Beneficiário (independentemente do “*nomen juris*” adotado); ou (iii) o mandato de administrador do Beneficiário, exceto, para todas as hipóteses indicadas acima, nos casos de aposentadoria, falecimento ou invalidez permanente, aplicar-se-á conforme o caso:

(A) Caso o contrato de trabalho, o contrato de prestação de serviços ou o mandato de administrador do Beneficiário tenha sido encerrado por justa causa, como definida na legislação trabalhista, ou por motivo que constituiria justa causa na forma da mesma legislação, o Beneficiário perderá automaticamente: (i) o direito de efetuar a contribuição para aquisição referente a lotes incorporados porventura ainda não contribuídos, ainda que não tenha decaído do direito de efetuar a contribuição para aquisição; bem como (ii) a expectativa de futura incorporação dos lotes não incorporados à data.

(B) Caso: (i) o contrato de trabalho do Beneficiário tenha sido encerrado sem justa causa, como definida na legislação trabalhista, por iniciativa da Companhia, suas coligadas e/ou controladas; ou (ii) o contrato de prestação de serviços ou o mandato do Beneficiário administrador tenha sido encerrado pela Companhia, suas coligadas e/ou controladas, sem justificativa; ou (iii) o Beneficiário empregado peça demissão após a assinatura do Contrato; ou (iv) o Beneficiário



prestador de serviços tome a iniciativa de encerrar seu contrato de prestação de serviços; ou (v) o Beneficiário administrador renuncie ao mandato após a assinatura do Contrato, aplicar-se-á o disposto nos itens (B1) e (B2) abaixo:

(B1) Exclusivamente no tocante às opções ainda não objeto de contribuição para aquisição, mas referentes a ações integrantes de lotes incorporados em relação às quais o Beneficiário não tenha decaído do direito de efetivar a contribuição para aquisição, o Beneficiário poderá, a seu critério, efetuar a contribuição para aquisição, no prazo máximo de 30 dias após a verificação dos eventos do item (B) acima, conforme o caso, após o que a Companhia, no prazo de 30 dias contados a partir da efetivação da respectiva contribuição para aquisição, emitirá ações e as entregará ao Beneficiário.

(B2) Caso se verifique qualquer das hipóteses do item (B) acima, o Beneficiário perderá automaticamente a expectativa de direito de futura incorporação dos lotes não incorporados à data da verificação dos referidos eventos.

(C) Não haverá qualquer pagamento ou indenização ao Beneficiário: (i) por conta das ações integrantes de lotes incorporados, cujo direito à contribuição o Beneficiário tenha perdido em decorrência do previsto no item (A) acima; nem (ii) por conta das ações integrantes dos lotes não incorporados, cuja expectativa de futura incorporação o Beneficiário tenha perdido em decorrência do previsto nos itens (A) ou (B2) acima, extinguindo-se de pleno direito a opção concedida em qualquer hipótese de extinção do contrato de trabalho, do contrato de prestação de serviços ou do mandato do administrador Beneficiário, exceto se tal extinção se der em decorrência das hipóteses de falecimento e invalidez permanente.

### **13.5 Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão.**

**ALL – América Latina Logística S.A.**

**Data base: 31/12/2014**

<b>Órgão</b>	<b>ON's</b>	<b>%</b>
Conselho de Administração	57.083	0,01
Diretoria	518.933	0,07
Conselho Fiscal	5.000	0,00
<b>Total de Ações</b>	<b>523.933</b>	<b>0,08</b>

*Nota: “%” em relação ao total de ações de emissão da Companhia.*

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal não possuem ações, quotas ou outros valores mobiliários emitidos por empresas controladas pela Companhia.

### **13.6 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e diretoria estatutária**

<b>Ano</b>	<b>Conselho de Administração</b>				<b>Diretoria</b>			
Número de Membros	0,00	0,00	0,00	0,00	8,08	7,67	6,50	8,00

Programas	2012	2013	2014	2015	2012 (3)	2013	2014	2015
<b>Em relação a cada outorga de opções de compra</b>								
Data da outorga	N/A	N/A	N/A	N/A	1/3/12	1/1/13	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas (1)	N/A	N/A	N/A	N/A	1.863.488	569.500	N/A	N/A
Prazo para que as opções de tornem exercíveis	N/A	N/A	N/A	N/A	Ao longo de 5 anos	31/12/14	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A	N/A	N/A	5 anos a partir do vestimento	6 meses a partir do exercício	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência de ações	N/A	N/A	N/A	N/A	2 Anos a partir do exercício	N/A	N/A	N/A
<b>Preço Médio Ponderado de Exercício de cada um dos seguintes grupos de opções</b>								
Em aberto no Início do Exercício Social	12,86	8,10	15,67	16,25	12,44	11,90	13,40	13,96
Perdidas no Exercício Social	NA	12,90	NA	16,59	NA	9,77	13,24	14,30
Exercidas no Exercício Social	5,75	NA	NA	NA	6,93	10,15	NA	NA
Expiradas no Exercício Social	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Valor Justo das Opções na Data de Outorga (R\$)</b>	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas (2)</b>	0,27%	0,14%	0,14%	0,14%	0,67%	0,39%	0,35%	0,35%

Nota: As quantidades são em ações ON e preços são em R\$/ação ON

(1) Inclui os 10% de ações adquiridas na adesão ao plano.

(2) Diluição com base nas opções em aberto e total de ações do dia 31/12 de cada exercício.

(3) As opções foram concedidas em março de 2012, ao preço de exercício de R\$9,30.

### 13.7 Informações sobre as opções em aberto ao final do último exercício social, detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Ano 2014	Conselho de Administração	Diretoria
Número de Membros	1,00	6,50
<b>Em relação a opções ainda não exercíveis</b>		
Quantidade	0	783.611





exercício							
Valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há

### 13.9 Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 – Método de precificação do valor das ações e das opções

#### a. Modelo de precificação

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 10 - pagamento baseado em ações, a Companhia estimou o valor justo das opções nas datas das outorgas e reconheceu como despesa, em cada período, parcela proporcional ao prazo de vigência dos direitos. Considerando a inexistência de transações equivalentes no mercado, a Companhia utilizou o método *Black & Scholes* para estimar o valor justo das opções em cada outorga. O modelo de *Black & Scholes* é um modelo matemático do mercado de um ativo, no qual o preço do ativo é um processo estocástico. Este faz as seguintes suposições explícitas: (i) é possível emprestar e tomar emprestado a uma taxa de juros livre de risco constante e conhecida; (ii) o preço segue um movimento Browniano geométrico com tendência (*drift*) e volatilidade constantes; (iii) não há custos de transação; (iv) a ação não paga dividendos (veja abaixo para extensões que aceitem pagamento de dividendos); e (v) não há restrições para a venda a descoberto. O modelo trata apenas opções europeias (*call*). A partir dessas condições ideais no mercado para um ativo (e para a opção sobre o ativo), demonstra-se que o valor de uma opção varia apenas com o preço da ação e com o tempo até o vencimento.

#### b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação

<i>Premissas</i>	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Taxa Livre de Risco Real	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%	5,0%	5,0%
Duração média programa (anos)	10	10	10	5,5	3,0	5,0	5,0
Volatilidade anualizada esperada	36,0%	36,0%	38,0%	36,4%	36,4%	36,4%	36,4%
Preço médio ponderado das ações (R\$)	11,50	21,00	20,00	11,00	0,0	9,30	9,30
Dividendos esperados	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Valor Justo da opção na data da outorga	7,56	16,14	11,59	5,51	16,5	4,50	4,50

#### c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

A Companhia não assume exercício antecipado das opções.

#### d. Forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade mostra a intensidade e a frequência das oscilações no preço de um ativo financeiro, o qual pode ser uma opção, ação, título público, índice de bolsas ou cota de fundo de investimento considerado um determinado período de tempo, sendo esta variável (a volatilidade) um dos parâmetros mais utilizados como medida de risco.

Também pode ser utilizado para se determinar qual o tamanho de uma amostra de tal forma que ela forneça bons estimadores. O cálculo da volatilidade usa umas janelas móveis de tempo. Entretanto deve utilizar um peso que reduza o efeito das observações estatísticas do passado mais longínquo.

A volatilidade pode ser descrita como uma função dela própria defasada no tempo. Ou seja, é a quantidade e intensidade de flutuações e oscilações que ocorrem com uma série de retornos. Estas flutuações relacionam-se com a média dos retornos.

Para o cálculo da volatilidade esperada, a Companhia utilizou o desvio padrão anualizado das taxas de retorno das variações históricas do preço das ações da Companhia ao longo dos últimos 5 anos.

#### **e. Outras características incorporadas na mensuração de valor justo da opção**

Não há nenhuma outra característica da opção que tenha sido incorporada na mensuração de seu valor justo.

#### **13.10 Informações sobre os planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários**

Não há planos de previdência conferidos aos membros do Conselho de Administração e/ou da Diretoria da Companhia.

#### **13.11 Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

Justificativa: A Companhia reserva-se o direito de não divulgar as informações solicitadas neste item 13.11 por força da sentença prolatada em 07.06.13, que julgou procedente os pedidos formulados pelo IBEF e, por conseguinte, determinando que a CVM se abstenha de implementar a exigência contida no subitem 13.11 do Anexo 24 da Instrução CMS 480 bem como de aplicar qualquer penalidade relacionada ao descumprimento da referida exigência aos associados do IBEF e às sociedades às quais estejam vinculados. Contra a sentença, a CVM interpôs apelação, respondida pelo IBEF e distribuída, em seguida, à 8ª Turma Especializada do TRF. No momento, aguarda-se o julgamento da apelação.

#### **13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia**

Em 7 de outubro de 2014 foi aprovado, em Assembleia Geral de Acionistas, a Política de Tratamento de Riscos, no que se refere aos membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração da Companhia, no exercício regular de suas funções.

Tal medida foi implementada em decorrência da possibilidade de seus atuais e antigos administradores, bem como determinados colaboradores da administração da Companhia (e de suas controladas, conforme aplicável) sofrerem, no exercício regular de suas funções, prejuízos oriundos de processos na esfera judicial, arbitral e/ou administrativa, envolvendo, dentre outras medidas, a penhora de seus bens e/ou a sua indisponibilidade, e pretende mantê-los indenizados de tais riscos. Neste sentido, a ALL consolidou suas práticas de proteção, segurança e reposição de perdas sofridas por seus administradores e determinados colaboradores nesta Política de Tratamento de

Riscos (“Política”), que rege, em linhas gerais, os termos e condições pelos quais a ALL manterá indene os Beneficiários desta Política em função de eventuais perdas ou restrições de bens e direitos que venham a ser sofridas diretamente por eles em decorrência do exercício regular de suas funções, no interesse da ALL e/ou de suas controladas, e em linha com os deveres e responsabilidades dos administradores previstos na Lei n.º 6.404/76.

São Beneficiários da Política os atuais e antigos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, bem como colaboradores da Companhia e/ou de suas controladas (“Beneficiários”).

Em decorrência da Política, a Companhia obriga-se a manter os Beneficiários indenados e a salvos, reembolsando-os ou diretamente realizando o pagamento ou adiantamento, conforme o caso, com relação a todos e quaisquer prejuízos, despesas, custos, perda ou dano, ou outros valores de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando, aos honorários de advogados, de peritos, de despachantes, ônus de sucumbência, custas judiciais, depósitos administrativos ou judiciais para fins de garantias, viagens, valores finais de condenação em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais, penalidades impostas por autoridades governamentais ou ainda por qualquer entidade reguladora ou autorreguladora, valores pagos conforme acordos ou transações destinados a encerrar processos judiciais, arbitrais ou administrativos, despesas incorridas no curso de inquéritos policiais ou administrativos, que, em qualquer caso, venham a ser incorridos ou imputados ao Beneficiário, nas condições aqui previstas, sejam elas incorridas em território nacional ou fora do território nacional, incluindo perdas decorrentes de fatos geradores anteriores à presente data, que venham a ser incorridos pelos Beneficiários em decorrência de qualquer ato praticado ou fato ocorrido durante e em razão do cargo para o qual foram eleitos e/ou contratados, desde que o ato praticado ou o fato ocorrido seja decorrente do exercício regular de suas funções e praticado no interesse da ALL e/ou de suas controladas e em linha com os deveres e responsabilidades dos administradores previstos na Lei n.º 6.404/76, incluindo, mas não limitado a, Perdas decorrentes de processos judiciais, arbitrais ou administrativos instaurados por terceiros.

Como exceção, a Companhia não estará obrigada a realizar qualquer tipo de pagamento, reembolso ou adiantamento aos Beneficiários, em caso de Perdas decorrentes de (i) atos praticados com culpa grave ou dolo pelo Beneficiário, e (ii) atos praticados contra a lei ou contra o Estatuto Social da ALL (ou de suas controladas, quando aplicável) pelo Beneficiário ou em seu benefício particular, conforme determinado, em ambos os casos, por sentença judicial transitada em julgado ou sentença arbitral em que o Beneficiário tenha figurado como réu (inclusive em ação de responsabilidade civil contra o administrador, nos termos da legislação aplicável).

A referida Política entra em vigor imediatamente após as aprovações competentes (considerando individualmente a competência conforme o cargo específico de cada Beneficiário), independente de qualquer formalidade adicional, e permanecerá vigente e eficaz durante todo o tempo (i) do mandato pelo qual o Beneficiário foi eleito (“Mandato”), e/ou (ii) da relação empregatícia entre a Companhia (e/ou suas controladas) e o Beneficiário (“Emprego”), bem como pelo prazo de 10 (dez) anos após o fim do seu Mandato e/ou do Emprego, independentemente do motivo do término de seu Mandato /ou do Emprego, salvo em relação às Demandas já em curso antes do término de vigência da presente Política, em relação às quais a presente Política permanecerá válida até sentença judicial transitada em julgado ou sentença arbitral da Demanda.

**13.13 Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado da Companhia que sejam partes relacionadas aos controladores, em relação aos 3 últimos exercícios sociais**

2012	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
	84%	0%	0%
Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria estatutária e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.			

2013	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
	84%	0%	0%
Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria estatutária e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.			

2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
	99%	0%	0%
Para não haver duplicidade, nos casos em que um mesmo administrador ocupe cargo na diretoria estatutária e no conselho de administração, a remuneração está computada apenas na diretoria estatutária.			

### 13.14 Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgãos, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

Não há, nos exercícios de 2012, 2013 e 2014, valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam.

### 13.15 Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, em relação aos 3 últimos exercícios sociais

Nos exercícios sociais de 2011 e 2012, todos os membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal foram remunerados diretamente pela Companhia, não existindo qualquer parcela suportada por controladas da Companhia, controladores diretos ou indiretos, sociedades sob controle comum, em função dos referidos cargos na Companhia.

No exercício social de 2013, a remuneração, tanto a fixa como a variável, dos membros da Diretoria da Companhia, foi suportada parcialmente pela Companhia e parcialmente por suas controladas, conforme quadro abaixo.

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Controladas da Companhia	0,00	17.865.318,25	0,00	<b>17.865.318,25</b>
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>

Não há remuneração recebida por administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia que tenha sido reconhecida no resultado das controladas da Companhia, controladores diretos ou indiretos, sociedades sob controle comum, relacionada ou não ao exercício dos referidos cargos na Companhia.

No exercício social de 2014 a remuneração, tanto a fixa como a variável, dos membros da Diretoria da Companhia, foi suportada parcialmente pela Companhia e parcialmente por suas controladas, conforme quadro abaixo .

	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Controladores Diretos e Indiretos</b>	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
<b>Controladas da Companhia</b>	0,00	4.917.294,00	0,00	<b>4.917.294,00</b>
<b>Sociedades sob controle comum</b>	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>

### **13.16 Outras informações relevantes**

#### *Remuneração Global*

Para o exercício social de 2015 (competência), o valor proposto para remuneração inclui a estimativa constante do item 13.2 relativas às despesas associadas com o reconhecimento do valor justo das opções de compra de ações decorrentes do Plano de Opção de Compra de Ações, previamente aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral.

Para os exercícios sociais de 2012, 2013 e 2014, a remuneração global foi inferior àquela aprovada em assembleia geral de acionistas para os membros da administração da Companhia, mesmo considerando em tal remuneração o valor justo das opções de compra de ações decorrentes do Plano de Opção de Compra de Ações, nos termos da decisão do Colegiado da CVM referente ao Processo CVM nº RJ2014/6629.

Estes esclarecimentos foram feitos em atendimento ao Ofício nº 0154/2015/CVM/SEP/GEA-2 recebido pela Companhia em 20/04/2015, em decorrência da mencionada decisão do Colegiado, sem prejuízo de a Companhia ter apresentado pedido de reconsideração que está pendente de julgamento.”

#### *Diferenças quadro 13.6 e 13.7*

Em relação ao quadro citado no item 13.6, este reflete somente às ações outorgadas ao Conselho de Administração e Diretoria nos anos de 2012, 2013 e 2014, sendo que, o quadro 13.7 reflete o total de ações ainda não exercidas por todos os beneficiários da Companhia, desde 1999 até 31/12/2014.